



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**ATA DA 241ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – CNAS**

Ata da ordem do dia 08 a 10 de março de 2016

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

241ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar.

Data: 08 a 10 de março de 2016.

1 Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezesseis teve início a Ducentésima Quadragésima
2 Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a
3 Coordenação do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS o Representante
4 Titular da Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva
5 Ramos. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do
6 CNAS: Léa Lúcia Cecílio Braga– Vice-Presidente do CNAS – SNAS – Representante do
7 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Telma Maranhão Gomes - Representante
8 da Secretaria Nacional de Assistência Social/ MDS; Maria José de Freitas; Eufrásia Agizzio -
9 Representante da Associação Brasileira de Autismo; José Ferreira da Cruz – Conselheiro Nacional
10 CNAS/Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS; Bárbara Pincowska Cardoso Campo –
11 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Solange
12 Teixeira - SENARC - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -
13 MDS; Laís Maranhão Santos Mendonça – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social
14 e Combate à Fome – MDS; Fábio Moassab Bruni - SNAS Representante do Ministério do
15 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Elise Andreolla – Representante do Ministério
16 da Previdência Social – MP; Célia Maria de Souza Melo Lima - Fórum Nacional dos Secretários de
17 Estado da Assistência Social – FONSEAS; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral –
18 Fundação Dorina Nowill para Cegos; Cláudia Laureth Faquinote - União Brasileira de Educação e
19 Ensino; Márcia de Carvalho Rocha – Lar Fabiano de Cristo; Alceu Kuhn- Representante da
20 Organização Nacional de Cegos do Brasil; Anderson Lopes Miranda – Conselheiro Nacional –
21 Movimento Nacional de População de Rua; Samuel Rodrigues – Fórum Nacional da População de
22 Rua; Clátia Regina Vieira - Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições

23 Beneficentes Religiosas e Filantrópicas; Denise Mafrá Gonçalves – Secretária de Avaliação e
24 Gestão da Informação – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Maira
25 Leilane Oliveira Almeida – Representante dos Estados/FONSEAS; Márcia Cristina Leal Góes-
26 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS; Carlos Nambu –
27 Representante da Inspeção São João Bosco – Representante da Inspeção São João Bosco;
28 Naelson da Silva Ferreira – Representante da Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento;
29 Dulcinéia Reginato Francisco; Aldenora Gomes González; Carmem Lúcia Lopes Fogaça;
30 Margareth Alves Dallaruvera - Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais;
31 Patrícia Alves Vieira; Jucileide Ferreira do Nascimento – Representante do Conselho Federal de
32 Serviço Social; e Leovane Gregório - Representante do Conselho Federal de Psicologia. Maria Das
33 Mercês de Avelino Carvalho – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento
34 Social e Combate à Fome – MDS; Maria Auxiliadora Pereira – Secretária Executiva Substituta do
35 CNAS. **Convidados:** Marco Garbelotti – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MDS; Rafael
36 Monteiro – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MDS; James Silva – Subsecretaria de
37 Planejamento e Orçamento/MDS; Ieda Maria Nobre de Castro – Secretária Nacional da Assistência
38 Social; Patrícia Vilas Boas - SAGI – MDS; Paulo Jannuzzi - Secretário Nacional de Avaliação e
39 Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
40 **ABERTURA.** O Presidente Edivaldo da Silva Ramos cumprimenta a todos e inicia a reunião. A
41 Secretária Executiva Maria das Mercês saúda a todos e realiza a conferência do quórum:
42 Conselheiros na titularidade: Conselheira Solange Teixeira; Conselheira Elise Andreolla;
43 Conselheira Célia de Maria de Souza de Melo Lima; Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral;
44 Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheiro Alceu Kuhn;
45 Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Edivaldo da
46 Silva Ramos. Conselheiros na suplência: Conselheiro Fábio Bruni; Conselheira Maira Leiliane
47 Oliveira Almeida; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira; Conselheira Dulcinéia Reginato
48 Francisco; Conselheira Aldenora Gomes González. **Item – Planejamento Integrado do Conselho**
49 **Nacional de Assistência Social.** O Sr. Marco Garbelotti – Subsecretaria de Planejamento e
50 Orçamento/MDS, explica que apresentará um resumo das alterações qualitativas e quantitativas nos
51 planos ocorridos nas Comissões, as principais alterações observadas e por fim, apresentará uma
52 sugestão metodológica. Acrescenta que foi elaborada a visão de futuro para o Conselho Nacional de
53 Assistência Social, elencando as ações mais importantes, informa que as Comissões tiveram suas

54 reuniões isoladas uma das outras, realizaram a revisão das estratégias do Plano de Ação o
55 conjuntamente da visão de futuro feita na parte da manhã, elaborada na reunião anterior da Plenária,
56 além de considerar as deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social e o Regimento
57 Interno. Discorre que os Planos de Ações das Comissões foram alterados de forma a contemplar
58 metas e ações de todos os planos, as quais trabalharam com basicamente dois atributos: as metas e
59 ações de acordo com a natureza de cada Comissão. Acrescenta que na Comissão de Normas não
60 houve alteração de metas e nem na quantidade de ações; na Comissão de Política ocorreu a maior
61 alteração quantitativa, todavia no que diz respeito a medida, não nas metas, pois as metas
62 continuaram as mesmas, ou seja, o plano da Comissão de Política continua com quatro metas, mas
63 as ações foram significativamente reduzidas de 33 (trinta e três) para 23 (vinte e três); na Comissão
64 de Financiamento basicamente houve incremento de duas ações; na Comissão de Acompanhamento
65 aos Conselhos houve a diminuição de uma meta e de uma ação. Em seguida detalha as alterações
66 realizadas no âmbito das Comissões, informa que a Comissão de Normas incluiu uma nova meta e
67 uma nova ação, quais sejam: “*Atualizar o Regimento Interno do Conselho no âmbito dos conteúdos*
68 *e procedimentos.*” No âmbito de seus conteúdos e procedimentos. E a nova ação: “*A revisão dos*
69 *fluxos de informações, documentos e procedimentos internos.*”. A meta 2 foi excluída do Plano de
70 Ação e incluída uma nova meta e uma nova ação, a nova meta 2 é a realização de estudos e a nova
71 ação é a realização de estudos sobre implementação do marco regulatório das organizações da
72 sociedade civil, Lei número 13.019/2014 alterada pela 13.204/2015; Meta 3 da Comissão de
73 Normas, foi mantida e possuía três ações, mas decidiu-se pela retirada a ação 3.3, que seria efetivar
74 o processo de acompanhamento e fiscalização da Política Nacional de Assistência, considerando as
75 competências do Conselho expostas no Artigo 18 da LOAS, o qual tem como encaminhamento que
76 a pertinência dessa ação seja avaliada pela Comissão de Política. A meta 4 foi mantida e possuía
77 três ações, mas decidiu-se pela retirada da ação 4.2, que refere-se a revisão do anexo da Resolução
78 do CNAS número 18/2011, o qual tem como encaminhamento: averiguação da pertinência dessa
79 ação pela Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; a meta 4 foi mantida, possuía três ações e
80 foram criadas mais duas ações: “*Ampliar as ofertas das Redes Socioassistenciais e propor*
81 *elaboração de um Plano Integrado das Comissões Temáticas do CNAS.*”; A meta 5 não foi
82 finalizada pela Comissão na ocasião, os temas integrados que a Comissão de Normas em síntese,
83 são: “*Atualização do plano do Regimento Interno do Conselho; e a normatização, normatizar a*
84 *representação da sociedade civil e do governo nos Conselhos de Assistência Social.*”. Informa as

85 principais alterações no Plano de Ação referente a Comissão de Política: *“Atribuição de um Plano*
86 *de Ação à Presidência Ampliada.”* Com o objetivo de tratar das agendas transversais e do
87 alinhamento entre as Comissões. Acrescenta que a Comissão de Política também apontou: A
88 redução do quantitativo 1 e uma redação do quantitativo das ações, com enfoque na junção de ações
89 similares, desdobrando em estratégias distintas. Os temas integrados que a Comissão de Política
90 apontou foram a estrutura de comunicação social do Conselho, a qual deveria ser tratada na opinião
91 dos membros da Comissão, no âmbito de uma agenda integrada. A agenda dos trabalhadores do
92 SUAS, a relação do Conselho Nacional com os Conselhos nacionais, estaduais e DF e monitorar a
93 implementação do Plano Decenal. Ademais a Comissão de Política julgou relevante a necessidade
94 de uma hierarquização das ações e do plano e necessidade de atribuições irresponsáveis. A
95 Conselheira Cláudia sugere que a dimensão de conteúdo deve passar antes em cada Comissão para
96 assegurar o debate e o diálogo no âmbito do mérito e depois ir para a Comissão de Normas para a
97 normatização. Registra que no âmbito da Comissão de Financiamento o primeiro tema integrador
98 diz respeito ao: *“O desenvolvimento de ferramentas de comunicação social do Conselho com as*
99 *seguintes ações: Elaborar materiais com linguagem acessível sobre financiamento e orçamento;*
100 *acompanhamento e avaliação do impacto dos programas, projetos, serviços e benefícios*
101 *socioassistenciais na vida dos usuários para divulgação, disseminação junto aos Conselhos de*
102 *Assistência Social.”*. Acrescenta outra ação sobre o mesmo tema de comunicação social: *“A*
103 *divulgação do impacto econômico e social do Programa Bolsa Família e BPC; e a elaboração de*
104 *uma estratégia de comunicação com os Conselhos de Assistência Social. ”*. A Conselheira Telma
105 esclarece que o tema proposto foi pensado para todas as Comissões. Destaca que a Comissão de
106 Acompanhamento teve alteração de ações da meta 4, sendo que uma delas trata-se de:
107 *“Acompanhar as ações para Conselheiros previstas pela Política Nacional de Educação*
108 *Permanente, PNEP SUAS, Resolução número 04/2013; e sugerir mecanismos e instrumentos para*
109 *acompanhamento da capacitação permanente dos Conselheiros de Assistência Social. ”*Inclusão da
110 meta 7 na Comissão de Acompanhamento: *“Assegurar a comunicação efetiva com os Conselheiros*
111 *da Assistência Social.”* Bem como as ações de: *“Elaboração da estratégia de comunicação com os*
112 *Conselheiros e propor orientações aos Conselheiros, visando sua comunicação com os usuários em*
113 *linguagem acessível. Os temas integrados ou integradores seria: Melhoria na comunicação com os*
114 *Conselhos.”*. E como observação final: *“O Plano de Ação da comunicação também foi revisitado*
115 *recentemente, a exemplo da Comissão de Financiamento, revisitado em outubro de 2015.”*. Após

116 apresentação dos planos específicos das Comissões, o Sr. Marco explana sobre os temas integrados:
117 primeiramente seria o desenvolvimento de ferramentas de comunicação social no Conselho; o
118 segundo tema seria o fortalecimento da relação do Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais
119 e Municipais. Destaca as principais ações que surgiram nas Comissões indistintamente no âmbito
120 do fortalecimento da relação com os Conselhos Estaduais: *“Articular junto aos Conselhos e*
121 *gestores da Assistência Social para que os órgãos Coordenadores de Política de Assistência Social*
122 *fortaleçam a gestão do SUAS no âmbito dos Estados, municípios e Distrito Federal; aproximar o*
123 *Conselho junto às instâncias participativas, estaduais e municipais; fortalecer a relação dos*
124 *Conselhos de Assistência Social junto a outras instâncias participativas, reforçando a participação*
125 *social; fortalecer a organização da sociedade civil incentivando a atuação em Fóruns e outros*
126 *espaços de discussões de interesses coletivos no âmbito dos Conselhos de Assistência Social, com*
127 *vistas a estimular a articulação e mobilização dos movimentos sociais de modo que propicie uma*
128 *participação efetiva dos usuários; orientar permanentemente os Conselhos de Assistência Social*
129 *sobre o ciclo orçamentário; realizar monitoramento do ciclo orçamentário em suas respectivas*
130 *esferas; fazer gestão junto aos Conselhos, ao CONGEMAS e ao FONSEAS para adequação da Lei*
131 *de Criação dos Conselhos em conformidade com a LOAS; a última ação – Acompanhar e discutir*
132 *junto aos Conselhos o planejamento das questões afetas ao cumprimento de suas atribuições e*
133 *competências frente às normas vigentes.”. Informa que o terceiro tema integrador, refere-se a:*
134 *“Avaliar o estágio do SUAS em cada esfera de governo; execução dos serviços e benefícios;*
135 *cofinanciamento; normatização; e estrutura dos Conselhos. ”. O qual engloba as seguintes ações:*
136 *“Acompanhamento, monitoramento e disseminação da implementação do Plano Decenal;*
137 *acompanhamento e monitoramento da implantação dos Pactos de Aprimoramento do SUAS de*
138 *âmbito municipal e dos pactos da gestão estadual e do DF, do SUAS; pautar na agenda do governo*
139 *e do Congresso o reconhecimento legal dos recursos como obrigatórios; potencializar as ações no*
140 *Congresso em defesa do SUAS, por meio das emendas parlamentares; avaliar os custos dos*
141 *serviços; avaliar e divulgar o impacto econômico e social do Programa Bolsa Família e BPC;*
142 *monitoramento e avaliação do SUAS nos entes; promover o debate do vínculo das entidades de*
143 *Assistência Social ao SUAS e acompanhar os Conselhos nacionais, estaduais e de Assistência*
144 *Social. Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social; acompanhar e monitorar a*
145 *expansão e a qualificação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, e do Programa*
146 *de Atendimento Integral à Família. Monitorar e fiscalizar a expansão e qualificação dos serviços*

147 *desenvolvidos nos Centros de Referências Especializadas de Assistência Social, CREAS regionais,*
148 *Centros POPs, Centro-Dia e atendimento a adolescentes em cumprimento de Medida*
149 *Socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviço à comunicação;*
150 *acompanhar, monitorar e fiscalizar a expansão e oferta dos serviços desenvolvidos; implementação*
151 *das residências inclusivas, Unidade de Acolhimento para Criança e Adolescente, Idosos, Mulheres*
152 *Adultos e famílias nos serviços de calamidades públicas e de emergência no âmbito do SUAS;*
153 *acompanhar a implementação das Resoluções pertinentes ao Conselho Nacional de Assistência.*
154 Com relação ao tema integrador sobre capacitação, informa que possui seguintes ações: “*Promover*
155 *a capacitação aos Conselheiros da Comissão de Financiamento sobre matéria orçamentária e*
156 *financeira; elaborar documento base sobre a questão com conteúdo central das capacitações para*
157 *o Controle Social, SAGI; acompanhar as ações para Conselheiros previstas pela Política Nacional*
158 *de Educação Permanente, PNEP SUAS; e sugerir mecanismos e instrumentos para o*
159 *acompanhamento da capacitação permanente dos Conselheiros de Assistência Social.*”. Registra
160 que o quinto tema integrador trata-se da Relação Interconselhos, com apenas duas ações:
161 “*Promover a aproximação e mecanismo de debates e articulação Interconselhos; orientar aos*
162 *Conselhos de Assistência Social para que estabeleçam articulações permanentes com os Conselhos*
163 *Setorial e de Defesa de Direitos.*”. No que diz respeito a estratégia: “*Definição de temas a serem*
164 *discutidos, tomando-se em conta a intersetorialidade.*”. Acrescenta que na questão da orientação
165 aos Conselhos de Assistência Social, a estratégia é: “*Articular nos espaços de diálogos*
166 *Interconselhos a criação de um Fórum de Conselhos da Seguridade Social, CNSS; e proposição da*
167 *retomada do Conselho Nacional de Seguridade Social.*”. O Sexto tema integrador trata-se da
168 proposição de cada Comissão: “*Que cada Comissão com suas elaborações, estratégias e que se*
169 *forme um grupo intercomissões com representante de cada uma para a elaboração de projetos*
170 *conjuntos dos temas integrados, integradores com Assessoria e apoio técnico da Secretaria-*
171 *Executiva do Conselho. Os projetos apresentarão produtos com cronograma de execução e*
172 *responsáveis.*”. O Sr. Marco sugere como metodologia, revisão das deliberações da X
173 Conferência, a priorização de cinco ações e a conclusão do Plano de Ação, propõe que tal atividade
174 seja feita na presente data, sendo que na quinta de manhã seria trabalhado o plano integrado com a
175 validação do rol de temas elencados, com a realização de uma avaliação daquilo que falta, e fazendo
176 a priorização desses temas para uma última Plenária na quinta-feira à tarde. Encaminhamento: O
177 Presidente Edivaldo sugere a Plenária que a definição da pauta da quinta-feira seja feita pela

178 Presidência Ampliada, conforme as informações trazidas pelos Coordenadores no fim do dia da
179 presente data. Após informar o Encaminhamento, o Presidente Edivaldo reforça que o referencial
180 para as discussões é o conjunto das deliberações da X Conferência. Informa sobre a ocorrência de
181 uma perda significativa de aproximadamente R\$ 700 milhões no orçamento da Assistência Social,
182 considera importante a avaliação perante as Comissões sobre a atuação do CNAS nos últimos anos.
183 Encaminhamento: Que a Presidência Ampliada seja adiada para a manhã do dia seguinte, bem
184 como a reunião das Comissões de Acompanhamento aos Benefícios, Transferência de Renda e
185 Ética e que a Plenária se inicie às 10:30, a proposta foi acatada pelos Coordenadores das Comissões
186 presentes. **ENCERRAMENTO**. O Presidente Edivaldo encerra o primeiro dia de reunião,
187 convidando a todos a retornarem às 10:30 do dia seguinte. **ABERTURA**. O Presidente Edivaldo da
188 Silva Ramos reinicia a reunião e solicita a conferência do quórum. Em seguida, a Secretária
189 Executiva Maria das Mercês saúda a todos e realiza a conferência do quórum: Conselheiros na
190 Titularidade: Conselheira Telma Gomes, Conselheira Solange Teixeira, Conselheira Elize
191 Andreola, Conselheiro José Ferreira da Crus, Conselheira Célia Melo Lima, Conselheiro Thiago
192 Cabral, Conselheira Cláudia Faquinote, Conselheiro Alceu Kuhn, Conselheiro Anderson Miranda,
193 Conselheira Clátia Vieira, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros na Suplência:
194 Conselheira Laís Mendonça, Conselheiro Fábio Bruni, Conselheira Denise Gonçalves, Conselheira
195 Maira Almeida, Conselheira Márcia Góes, Conselheiro Naelson Ferreira, Conselheira Dulcinéia
196 Francisco, Conselheira Aldenora Gonzáles, Conselheira Eufrásia Acioli, Conselheira Margareth
197 Dallaruvera, Conselheiro Leovane Gregório. **Item – Aprovação da Pauta da 241ª Reunião**
198 **Ordinária do CNAS**. A Secretária Executiva Maria das Mercês realiza a leitura da pauta: *“Pauta*
199 *da 241ª Reunião Ordinária. Dia 08/03/2016, as Comissões Temáticas se reuniram de 9h às 11hrs,*
200 *plenária do CNAS, alinhamento dos planos de ação das Comissões Temáticas, convidados,*
201 *representantes da SPO, Secretaria-Executiva do MDS. De 11h às 16hrs reunião das Comissões de*
202 *Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, Comissão de Financiamento e Orçamento*
203 *da Assistência Social, Comissão de Normas da Assistência Social, Comissão de Política da*
204 *Assistência Social, todos com agenda de construção do plano de ação. De 16h às 19hrs estava*
205 *previsto reunião da Presidência Ampliada, Comissão de Ética, Comissão de Acompanhamento de*
206 *Benefício e Transferência de Renda. Que todas foram transferidas para amanhã, começando de*
207 *8h30 às 10h30. Amanhã do dia 09 de março de 2016. De 9h às 9h15 aprovação da ata, da 240ª*
208 *Reunião Ordinária do CNAS, da pauta 241ª Reunião Ordinária, de 9h15 às 10h30 informes da*

209 *Presidência, Secretaria-Executiva – MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e conselheiros. De 10h30*
210 *as 12h apresentação da avaliação do Capacita/SUAS pela SAGI/SNAS. De 14h às 15hrs*
211 *apresentação da metodologia e programa da Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAS/DF*
212 *pela Comissão de Conselhos. De 15h às 16hrs relato da Presidência Ampliada, de 16h às 17hrs*
213 *relato da Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda. No dia 10 de*
214 *março de 2016 das 9h às 10h relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência*
215 *Social. De 10h às 11h relato da Comissão de Política da Assistência Social, de 11h às 12h relato*
216 *da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. De 14h às 15h relato da*
217 *Comissão de Normas da Assistência Social. 16h as 17h processo de elaboração final do*
218 *planejamento integrado do CNAS, convidados, representantes da SPO, Secretaria-Executiva do*
219 *MDS. Dia 11 de março de 2016 Reunião Trimestral do CNAS com o CEAS e CAS/DF. ”. Item –*
220 **Informes SNAS.** A Secretária Nacional da Assistência Social Ieda Maria Nobre de Castro informa
221 sobre o processo de implementação da portaria dos blocos de financiamento, explica que o bloco
222 simplifica o processo de execução financeira dos recursos da assistência social, porque autoriza que
223 recursos de pisos diferentes dentro do mesmo nível de proteção possam ser executados, acrescenta
224 que o município terá mais liberdade para administrar o dinheiro de forma mais autônoma. Informa
225 que a SNAS realizará, a partir do dia seguinte, um apoio técnico aos gestores dos fundos dos
226 municípios na implementação da portaria. Assevera que o segundo bloco de preocupações é em
227 relação ao PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Registra que em recente
228 pesquisas o sobre a situação de trabalho indecente, ou seja, de trabalho que envolve formas
229 precárias, precarização de trabalho, acrescenta que se verificou que o trabalho infantil está sendo
230 reconfigurado, portanto, constata-se a necessidade de fazer um encontro voltado para o apoio
231 técnico sobre as ações estratégicas do PETI, o qual será realizado provavelmente em abril. Destaca
232 que o MDS juntamente com o MDA se encontra em uma discussão muito forte, sobre como será
233 possível gerar proteção social no meio rural. Informa que em relação ao Marco Regulatório da
234 organização da sociedade civil, a Câmara Técnica continua na CIT, todavia com a tarefa de pensar
235 orientações técnicas, de criar diretrizes para chegar aos municípios e estados, de analisar como seria
236 a consulta pública e outras questões que estão postas no Marco Regulatório e que envolvem as
237 entidades de Assistência Social. Destaca que prioridade é a construção do Plano Decenal, informa
238 que o primeiro encontro do centro-oeste foi realizado, o segundo acontecerá na região sudeste na
239 semana seguinte. E acrescenta que a grande expectativa é que o Encontro Nacional em maio todos

240 estejam mais alinhados em relação as prioridades estratégicas que deverão constar no Plano
241 Decenal da Assistência Social. **Item - Apresentação da avaliação do Capacita/SUAS pela**
242 **SAGI/SNAS.** O Sr. Paulo Jannuzzi - Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, do
243 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, discorre que o programa Capacita/SUAS
244 está instalado e operando em quase todos os Estados brasileiros, com exceção de dois estados, ao
245 menos a primeira fase, todavia, a segunda fase ainda há dificuldade. Registra sobre a dificuldade na
246 confecção do material didático, tendo em vista que este deve proporcionar convicções e não
247 ambiguidade. Explana que o Programa do Capacita/SUAS é um programa com três objetivos, quais
248 sejam: garantir oferta de formação permanente para qualificação da gestão; estruturar equipes
249 estaduais dedicadas a educação permanente; envolver as universidades no processo de capacitação,
250 onde se encontram as instituições dessas universidades e escolas de ensino superior, ou escolas de
251 governo, reunidas na denominada de Rede Nacional de Entidades de Educação Permanente,
252 ofertando os cursos em várias modalidades nos estados. Acrescenta que 146 instituições públicas,
253 privadas, segundo parâmetros de rigor técnico efetivamente conferidos pelo MEC, foram
254 convidadas a fazer parte da rede, espera-se que nos próximos dois anos seja possível o alcance da
255 oferta nessa segunda etapa, bem como oferecer uma terceira etapa com recursos para atingir um
256 número maior de profissionais da rede, registra que foram repassados um total expressivo de
257 aproximadamente R\$ 90 milhões ao longo desse período. Ademais, constata-se a necessidade de um
258 curso básico de introdução ao provimento de serviços e benefícios socioassistenciais do SUAS, e da
259 elaboração de planos de assistência, atualização em vigilância, os cursos de reordenamento dos
260 serviços de proteção social básica e proteção social especial. Após apresentação introdutória do Sr.
261 Paulo, a Sra. Patrícia Vilas Boas - SAGI – MDS, inicialmente discorre que o MDS optou por um
262 arranjo um pouco complexo que exige uma base muito sólida para que possa nos próximos anos ter
263 um desdobramento mais fluido, contudo no primeiro momento existem complicações de toda
264 ordem. Esclarece que todas as instituições de ensino superior que entram em sala de aula,
265 obrigatoriamente passam por um alinhamento em Brasília durante dois dias, tal alinhamento possui
266 foco na diretriz, em questões conceituais e pedagógicas de abordagem desses trabalhadores no seu
267 ambiente de trabalho. Complementa que há um trabalho em conjunto com a Fundação Osvaldo
268 Cruz, onde praticamente todo o termo de cooperação com a FIO CRUZ é voltado para o
269 fortalecimento das equipes estaduais, inclusive com cursos de elaboração de planos estaduais, e o
270 procedimento para realizar diagnóstico. Informa que há apoio na elaboração de TRs específicos

271 para o Capacita/SUAS, para contratar as instituições, considerando as especificidades, cada PTGE
272 tem um entendimento a respeito do processo. Destaca que a meta de contratação da primeira etapa
273 equivale a 37.060 vagas, informa que 98% da meta de contratação foi atingida, e que os Estados do
274 Amapá, Rondônia e Alagoas ainda não iniciaram seus processos. Complementa que em relação ao
275 EAD, foi feita uma oferta experimental onde foram capacitados mais 2.300 alunos. Quanto aos
276 meios de monitorar e avaliar o programa, discorre que são feitas visitas técnicas, especialmente nas
277 primeiras turmas, onde são observados os aspectos da infraestrutura; apoio pedagógico; apoio da
278 gestão; desempenho do docente, o conhecimento do perfil de professores e profissionais, se dentro
279 de sala de aula como manifestação de preconceito, principalmente em relação aos usuários. Afirma
280 que as turmas tiveram acompanhamento entre 2013 e 2014, sendo 34 turmas, e em 2015 foram 33
281 turmas acompanhadas, explica que após o fechamento da turma, um e-mail é enviado para os
282 participantes da turma com 10 questões, fazendo uma avaliação geral de infraestrutura, de
283 organização do curso, da contribuição do curso para o seu trabalho, carga horária, profundidade dos
284 assuntos. Acrescenta que a visita técnica é feita por técnicos consultores do MDS. Apresenta os
285 dados da avaliação, considerando os quesitos: em relação à infraestrutura, 55% avalia como boa; a
286 organização geral do curso 62% também avaliam que é boa, 20% avaliam como excelente; em
287 relação ao conteúdo abordado, 51% afirmam que atendeu satisfatoriamente; em relação ao material
288 didático e a sua qualidade 85% avaliam que o material didático é bom ou excelente, sendo que 53%
289 avaliaram que o material é excelente; em relação a metodologia de ensino 76% afirmam que
290 facilitou totalmente o aprendizado; em relação a contribuição do curso para o trabalho, inclusive
291 como objetivo principal da capacitação, afirmam que totalmente 26%, quase 27%, e 53,4%
292 disseram que apoiou bastante; em relação à avaliação do professor, atribuíram nota 10 aos
293 professores 49,7% dos estudantes, e entre 7 e 9,42%. Conclui que 90% dos participantes deram no
294 ta superior a 7 aos docentes. Após apresentação, os Conselheiros parabenizaram os convidados
295 pelas informações apresentadas ao Pleno relacionadas ao Programa CapacitaSUAS.
296 **ENCERRAMENTO.** O Presidente Edivaldo encerra a reunião para almoço, convidando a todos
297 para retornarem às 14:00. **ABERTURA.** A Vice-Presidente do CNAS Léa Lúcia Cecílio Braga
298 reinicia a reunião, informa que o Presidente Edivaldo se encontra na Comissão de Habilitação do
299 processo Eleitoral, e solicita a conferência do quórum. Em seguida, a Secretária Executiva
300 Substituta Maria Auxiliadora saúda a todos e realiza a conferência do quórum: Conselheiros
301 titulares presentes: Telma Gomes; Bárbara Campos; Solange Teixeira; Léa Braga; Jorge de Castro;

302 Elise Andreolla; Célia Melo Lima; Samuel Rodrigues; Clátia Vieira. Conselheiro no exercício da
303 titularidade: Naelson Ferreira. Conselheiros Suplentes: Laís Mendonça; Denise Gonçalves; Maira
304 Almeida; Márcia Góes; Carlos Nambu; Dulcinéia Francisco; Eufrásia Agizzio; Jucileide do
305 Nascimento; Leovane Gregório; Fábio Bruni. **Item – Aprovação da Ata da 240ª Reunião**
306 **Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social.** Aprovada a Ata pelo Pleno. **Item -**
307 **Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva.** A Secretária Executiva Substituta Maria
308 Auxiliadora realiza a leitura dos referidos informes: “*Ausências justificadas: A Conselheira*
309 *Carmem Fogaça, devido compromissos institucionais. A Conselheira Maria Lúcia Marquim no dia*
310 *8 de março, e ela possivelmente encaminhou um outro e-mail justificando a ausência em toda a*
311 *reunião por questões operacionais. A Conselheira Cláudia Faquinote no dia 9, no período da*
312 *tarde, devido a compromisso institucionais. A Vice-Presidente Léa Braga no dia 8 de março,*
313 *devido a compromissos institucionais. A Conselheira Mariana Silva nessa reunião, devido a*
314 *compromissos institucionais. O Conselheiro Carlos Nambu no dia 8 de março devido a*
315 *compromissos institucionais. A Conselheira Eufrásia Agizzio na reunião trimestral do CNAS, com*
316 *o CEAS e CAS/DF no dia 11 de março devido a compromissos institucionais. Convocações,*
317 *participação. O Presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, e os Conselheiros Alceu Kuhn, Carmem*
318 *Lúcia Lopes Fogaça, Eufrásia Agizzio participaram do encontro técnico para a qualificação das*
319 *relações institucionais nas ofertas do SUAS, realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro em*
320 *Brasília/DF. O Presidente do CNAS, Edivaldo Ramos e o Conselho Fábio Bruni participaram da*
321 *teleconferência sobre os resultados da X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em*
322 *dezembro de 2015 e das estratégias de construção do plano decenal do SUAS, 2016 a 2026*
323 *gravada no dia 7 de março. A Secretária-Nacional de Assistência Social, Ieda Castro, Presidente*
324 *do CONGEMAS José Rodrigues, a representante do FONSEAS Célia Souza, foram convidados*
325 *para participar do programa que será exibido na quarta dia 9, às 13h30 e sexta-feira, dia 11 às*
326 *15h10. Os Conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento de Benefício e transferência*
327 *de renda foram convocados para a reunião da Comissão no dia 9 de março em Brasília/DF. Os*
328 *Conselheiros Nacionais titulares e suplentes, foram convocados, convocadas para a 241ª reunião*
329 *ordinária do CNAS que está sendo realizada no período de 8 a 10 de março, e para a reunião*
330 *trimestral do CNAS, com o CEAS e CAS/DF no dia 11 de março em Brasília. O Conselheiro*
331 *Naelson da Silva Ferreira foi convocado para representar o CNAS na reunião conjunta do grupo*
332 *gestor do programa de aquisição de alimentos no dia 11 de março em Brasília. Os Conselheiros*

333 *Naelson da Silva Ferreira, Patrícia Vieira, Samuel Rodrigues e Aldenora Gonzalez foram*
334 *convocados para representar o CNAS na 3ª edição do Fórum Dialoga Brasil do PPA 2016 e 2019*
335 *Inter Conselhos que foi realizada, a ser realizada no período de 15 a 16 de março em Brasília. Os*
336 *Conselheiros Anderson Miranda e Alceu Kuhn foram convocados para o Encontro Regional*
337 *Sudeste do CONGEMAS nos dias 17 e 18 de março em Venda Nova dos Imigrantes, Espírito Santo.*
338 *O Presidente do CNAS Edivaldo Ramos também participará do evento. Os Conselheiros e*
339 *Conselheiras, Anderson Miranda e Cláudia Faquinote foram convocados para o Encontro*
340 *Regional Norte do CONGEMAS a ser realizado nos dias 23 e 24 de março em Boa Vista, Roraima.*
341 *O Conselheiro Thiago Cabral e a Conselheira Denise Mafra foram convocados para representar o*
342 *CNAS na 1ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional que acontecerá*
343 *no dia 30 de março em Brasília, e-mails enviados aos Conselheiros do CNAS. INFOSUAS 18 de*
344 *fevereiro, famílias com casos suspeitos de microcefalia receberão atenção integrada. Boletim rede*
345 *alimenta mostra, abre inscrição para experiências de bancos de alimentos. Boletim CAISAN*
346 *mostra, abre inscrição para experiências de banco de alimentos. Informe sobre a abertura da*
347 *Consulta da LDO 2017. Boletim CAISAN em 26 de fevereiro, INFOSUAS 25 de fevereiro, entidades*
348 *privadas reforçam atendimento a pessoa com deficiência, ata e gravação da 240ª reunião*
349 *ordinária do CNAS, pauta da 241ª reunião ordinária do CNAS de 8 a 11 de março de 2016.*
350 *INFOSUAS 3 de março de 2016, boletim Brasil Social, março de 2016, boletim rede alimenta, 3 de*
351 *março de 2016. CNAS informa: O Ministério do Desenvolvimento Social em Combate à Fome e*
352 *Ministério da Saúde divulgam documento contendo instrução operacional no enfrentamento ao*
353 *mosquito Aedes Aegypti, enviada em 19 de fevereiro. Encerra dia 2 de março de 2016 o prazo para*
354 *envio da documentação dos interessados em participar do processo eleitoral da Sociedade Civil no*
355 *CNAS gestão 2016/2018, enviada em 22 de fevereiro. Faltam dois dias, prazo para enviar*
356 *documentação para participar do processo eleitoral da Sociedade Civil, encerra nessa quarta,*
357 *enviado em 29 de fevereiro. Encerra hoje, hoje termina o prazo para enviar documentação para*
358 *participar do processo eleitoral da Sociedade Civil enviada em 2 de março, CNAS realizará*
359 *reunião com o CEAS, e CAS/DF em março, enviada em 3 de março. Saiba os assuntos que serão*
360 *discutidos na próxima reunião do CNAS enviada em 4 de março. Deliberações da X Conferência*
361 *Nacional é publicada no Diário Oficial da União, enviada em 7 de março. Resolução: Retificação*
362 *da Resolução CNAS 14 que dispõe sobre o processo de eleição dos representantes da Sociedade*
363 *Civil devidamente consolidada com as retificações de 15 e 19 de fevereiro de 2016. Resolução*

364 CNAS nº 1 de 3 de março, publicada no Diário Oficial da União, dia 4 de março, as deliberações
365 da X Conferência, outros. O CNAS convidou a Subsecretaria de planejamento e orçamento da SPO
366 MDS para continuar auxiliando o Conselho na elaboração do plano integrado do CNAS.
367 Aniversariantes de março: Telma Maranhos, dia 3 de março. Carmem Fogaça, dia 8 de março,
368 Carlos Nambu dia 31 de março. ”. **Item – Informes Conselheiros.**A Conselheira Clátia Regina
369 Vieira informa que a reunião da Câmara Técnica do ACESSUAS Trabalho aconteceu no último dia
370 3, acrescenta que no dia 14, será recebido todo um material sistematizado, no que tange a discussão
371 das três últimas reuniões realizadas, em relação do grupo da Câmara Técnica, informa que que
372 assim que o material for recebido, será disponibilizado aos Conselheiros, para que possam ler e
373 também fazer algumas propostas, considerando a proposta de se alterar a Resolução 18, que dispõe
374 sobre o ACESSUAS Trabalho. O Conselheiro Jorge reforça o convite aos Conselheiros, Naelson,
375 Patrícia, Samuel e Aldenora a participarem do Fórum Dialoga Brasil que vai ocorrer na próxima
376 semana, pondera que trata-se de uma promoção do Ministério de Planejamento, junto a Presidente
377 da República onde se discutirá com a Sociedade Civil, o PPA 1619 em uma perspectiva transversal.
378 **Item – Informes CONGEMAS.** A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes - Colegiado Nacional de
379 Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS, informa que o CONGEMAS está
380 realizando os encontros regionais com êxito nas programações, com a participação de um público
381 voltado para os debates. **Item – Informes FONSEAS.**Célia Maria de Souza Melo Lima –
382 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS,
383 informa que o FONSEAS realizou no dia 3 de março uma reunião com os Secretários, com a
384 participação também de técnicos estaduais, foram discutidos diversos assuntos, entre eles, a
385 continuidade do processo de avaliação e planejamento do próximo pacto de aprimoramento do
386 SUAS, bem como do plano decenal. Pondera FONSEAS optou por fazer esse trabalho de forma
387 conjunta entre os entes, o MDS, com o próprio CONGEMAS, acrescenta que houve definição na
388 reunião do dia 3 que o FONSEAS vai participar dos encontros regionais e nacional, afirma que o
389 CONGEMAS cedeu os espaços. Esclarece que os Encontros Nacionais, possuem como objetivo
390 cumprir duas agendas, primeiro reuniões específicas com os Secretários de Estado em cada região,
391 nas cinco regiões irão acontecer essas reuniões específicas com os Secretários, objetivando discutir
392 os desafios de cada região, bem como, as possíveis prioridades tanto para o pacto de aprimoramento
393 do SUAS para definir prioridades e metas para o período de 2016 a 2019. Complementa que o
394 FONSEAS vai realizar nos dias 9 e 10 de maio o Encontro Nacional do FONSEAS, será o 3º

395 Encontro Nacional do FONSEAS, o qual objetiva sistematizar todos os conteúdos e elementos que
396 foram identificados nos encontros regionais do FONSEAS. A Conselheira Maira Encontro
397 Nacional, FONSEAS já definiu a data do Encontro Nacional que acontecerá aqui em Brasília, nos
398 dias 9 e 10 de maio, e que o encontro terá como principal debate o financiamento, a proteção
399 especial e regionalização, e assessoramento e vigilância social. **Item – Informes CIT.** O
400 Conselheiro Naelson da Silva Ferreira - Representante da Rede Brasileira de Cooperação ao
401 Desenvolvimento, informa que a reunião da Comissão entre gestores tripartite de março, aconteceu
402 no dia 2 último agora, em Brasília com a pauta, instrução operacional conjunta da SESAN,
403 Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da SNAS, Secretaria Nacional de
404 Assistência Social. 2. Uso do CadÚnico para fins de concessão e revisão do BPC. 3. Calendário das
405 reuniões ordinárias da CIT. 4. Informes do COEGEMAS, FONSEAS, MDS, CNAS. Com relação
406 ao item um da instituição operacional conjunta da SESAN foi pactuado a priorização pelos gestores
407 da assistência social dos Estados, Distrito Federal e Municípios para aquisição de gêneros
408 alimentícios da agricultura familiar por meio da modalidade contra institucional com dispensa de
409 procedimentos licitatórios para atender a demanda, entidades e organizações de assistência social e
410 consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. **Item –**
411 **Informes da Presidência Ampliada (organização e programação para a reunião trimestral do**
412 **CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social do**
413 **DF previsto para o próximo dia 11/03/2016).** A Vice-Presidente Léa Braga informa que a
414 proposta de programação refletida pela presidência ampliada será complementada pelo Plenário. Explica
415 que a proposta é que no dia 11/03/2016, no período de 9h às 10h da manhã ocorra a abertura da
416 reunião, informa que a Ministra Tereza Campelo, a Secretária Nacional Ieda Castro, e o Secretário
417 da SENARC foram convidados. Haverá a fala do Presidente do CNAS, o Edivaldo da Silva Ramos
418 recepcionando todos os Conselheiros Estaduais dos Conselhos do país, e também procederá a
419 abertura da reunião. Na sequência, será feita a proposta de definição do local das reuniões regionais
420 de 2016, portanto, há uma proposta de calendário para o mês de junho, 21 e 22, 28 e 29 e julho, 26 e
421 27, sendo que 21 e 22 de junho as regiões Sul e Sudeste, no dia 28 e 29, as regiões Norte e Centro-
422 Oeste, e no dia 26 e 27 de julho, a região Nordeste, rememora que essas definições foram feitas na
423 plenária anterior. Segundo relato do Presidente Edivaldo, a Secretaria-Executiva fez um
424 levantamento para identificar qual a região que deveria ter a próxima reunião descentralizada,
425 pondera que rodízio aponta para a região Norte, e o Conselho já encaminhou ofícios para os

426 Conselhos Estaduais da região Norte, solicitando manifestação, e também fez um telefonema, de
427 forma que a ideia é que se aproveite a sexta-feira com a presença dos Conselhos Estaduais visando
428 a definição sobre a reunião descentralizada. Do dia 10, de 10h ao meio dia, o ponto será a avaliação
429 e monitoramento da X Conferência Nacional de Assistência Social, acrescenta que indicativo da
430 Presidência Ampliada é no sentido de que dois Conselheiros integrantes da Comissão Organizadora,
431 assumam essa mesa, sendo um governamental e outro não governamental. Informa que o almoço será
432 de meio dia às 14h, retomando a tarde com a pauta de 14h às 15h30, com o tema: diagnóstico e
433 perspectivas futuras para o plano decenal 2016/2026, registra que estão convidados para este tema a
434 Sra. Juliana Fernandes, e o Sr. Luiz Otávio da SNAS, com coordenação feita por um Conselheiro,
435 pondera que a ideia é que também tenha dois Conselheiros, um governamental e um não
436 governamental contribuindo ao final da apresentação da Sra. Juliana e do Sr. Luiz Otávio, para
437 apresentar e fazer uma reflexão, bem como destacar pontos considerados mais importantes. Destaca
438 que a Presidência Ampliada concordou que o encontro trimestral com os Conselhos Estaduais,
439 teriam dois pontos: Informações sobre o plano decenal e disseminar todo o processo da conferência,
440 sobretudo, as ações de monitoramento das deliberações. Informa que o debate seria até às 16h à
441 16h15, a proposta é que um Conselheiro ou dois possa ter uma fala de 15 minutos fazendo os
442 apontamentos das principais discussões do dia em uma perspectiva de uma síntese dos conteúdos
443 tratados na programação proposta, e de 16h15 às 17h uma fala do Presidente e Vice-Presidente do
444 CNAS sobre o planejamento integrado do CNAS o qual está sendo trabalhado desde a plenária de
445 fevereiro, no sentido de informar os Conselhos Estaduais as principais linhas de debate, de
446 planejamento que o Conselho está propondo para os próximos dois anos, e finalmente a realização
447 de agradecimentos e encerramento da atividade. Encaminhamentos: Como Conselheiros
448 Governamentais: O Conselheiro Fábio apresentará sistematização da mesa de diagnóstico e
449 perspectiva do plano e a Conselheira Célia na condição de representação do FONSEAS, apresentará
450 a sistematização geral do evento e a Sociedade Civil solicita um prazo para conversar e acertar os
451 nomes e apresentar no dia seguinte; O Pleno considera aprovada a proposta de pauta para o
452 encontro trimestral. A Conselheira Elise Andreolla – Representante do Ministério da Previdência
453 Social – MP, realiza a leitura da memória da Presidência Ampliada: *“Memória da reunião da
454 Presidência Ampliada. Reunião 2/2015 data: 9 de março de 2016, horário: 8h30 às 10h50.
455 Participantes da Presidência Ampliada: Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Anderson
456 Miranda, Coordenador de Comissão Política de Assistência Social, Cláudia Faquinote,*

457 *Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social. Telma Maranhos, Coordenadora de*
458 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Solange Teixeira, Coordenadora*
459 *da Comissão de Conselhos da Assistência Social. Ausência justificada: Léa Lúcia Cecílio Braga,*
460 *Vice-Presidente do CNAS, integrante da Comissão de Normas da Assistência Social. Secretaria-*
461 *Executiva: Maria das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS, Silvani Souza, apoio gabinete, Taís*
462 *Braga, apoio gabinete. 1. Informe da reunião das Comissões Temáticas que merecem destaque na*
463 *Presidência Ampliada. 1.1. Quanto a discussão do plano de ação das Comissões Temáticas os, as,*
464 *coordenadores, e coordenadoras informaram: A Comissão de Normas não finalizou o plano de*
465 *ação, as Comissões d Política, de Acompanhamento aos Conselhos, e de financiamento,*
466 *finalizaram o plano de ação. 1.2. A Comissão de Monitoramento das deliberações das conferências*
467 *de assistência social propõe que a próxima reunião ocorra nos dias 17 e 18 de maio. 1.3. Sugestão*
468 *de apreciação da nota técnica conjunta nº 1 de 2016, SAA e CGESP do Ministério da Saúde, que*
469 *define diretrizes e fluxograma para atenção integral da saúde das mulheres e adolescentes em*
470 *situação de rua, ou usuárias de crack ou drogas em seus filhos recém-nascido, visando garantir os*
471 *direitos a convivência familiar e ao acesso a serviços públicas na plenária, Anexo A. 1.4. Proposta*
472 *vinda no encontro técnico para qualificação das relações institucionais nas ofertas do SUAS,*
473 *promovido nos dias 23 e 24 de fevereiro pela SNAS e MDS em parceria com as Federações*
474 *Nacionais das APAEs, FENAPAEs, e a Federação Nacional das Associações PESTALOZZI,*
475 *FENAPESTALOZZI. Criaram uma Comissão especial para produzir material orientador as*
476 *entidades e equipamentos que atuam em atenção as pessoas com deficiência. Com base na*
477 *Resolução CNAS, nº 34/2011 que define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a*
478 *promoção da sua integração a vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus*
479 *requisitos. 2. Locus das ações integradoras do plano integrado do CNAS. Encaminhamento: A*
480 *Presidência Ampliada compreende que é este o locus e fará análise após finalização do plano*
481 *integrado do CNAS. 3. Reunião descentralizada e ampliada do CNAS, de 11 a 13 de abril. 3.1*
482 *Calendário com a ordem de locais de realização das últimas reuniões descentralizadas do CNAS.*
483 *13 e 14 de abril de 2009, Brasília, região Centro-Oeste, 12 de março de 2010, Brasília, Centro-*
484 *Oeste. 7 a 9 de dezembro de 2010, Fortaleza, Nordeste. 19 de agosto de 2011, Brasília, Centro-*
485 *Oeste. 17 a 19 de abril 2012, Manaus, Norte. 6 a 8 de novembro de 2012, Vitória, Sudeste. 23 a 25*
486 *de julho de 2013, Porto Alegre, Sul. 8 de maio de 2014, Brasília, Centro-Oeste. 17 a 19 de*
487 *novembro de 2014, Salvador, Nordeste. 16 de abril de 2015, Brasília, Centro-Oeste. 1. Com base*

488 *nessa relação, apontamos como provável sede da próxima reunião, a região Norte. 2. Foi enviado*
489 *o ofício circular nº 3/2016, Presidência CNAS, MDS em 7 de março de 2016 aos Conselhos*
490 *Estaduais de Assistência Social da região Norte. Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, e*
491 *Tocantins, é isso? Roraima, e Amazonas. Consultando-os sobre a possibilidade de sediar na capital*
492 *de seu Estado a reunião descentralizada e ampliada do CNAS. No período de 11 a 13 de abril de*
493 *2016, com objetivo de fortalecer a participação e o controle social. O Presidente do CNAS ligou no*
494 *dia 8 de março para cada Presidência desses CEAS para ressaltar a importância do evento, e*
495 *solicitar que os mesmos solicitem ao órgão gestor parceria para realizar a reunião. Cabe lembrar*
496 *que a plenária do CNAS decidiu que o Estado que se manifestar primeiro em relação ao seu*
497 *interesse e apoio na organização da reunião descentralizada e ampliada sediará a referida reunião*
498 *e solicitou que a resposta na reunião trimestral no dia 11 de março de 2016. Encaminhamento: A*
499 *Presidência Ampliada definiu que se não houver indicação dos CEAS consultado, a referida*
500 *reunião será realizada em maio. 3.1. Programação: A Presidência Ampliada Sugere como*
501 *assuntos, deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social, discussão da construção*
502 *do plano decenal e regionalização. A programação será construída pelos membros da Presidência*
503 *Ampliada por meio eletrônico. 3.2. Local: Aguardar retorno do CEAS da região Norte. 3.3.*
504 *Convidados: A definir. 4. Discussão sobre a programação da reunião trimestral do CNAS com o*
505 *CEAS e a CAS/DF dia 11 de março de 2016, 9h às 10h. Abertura: Foram convidadas a Ministra*
506 *Tereza Campelo, Secretária-Nacional Ieda Castro, e o Secretário da SENARC. Fala do Presidente*
507 *do CNAS, Edivaldo da Silva Ramos. Definir local da realização das reuniões regionais 2016. Mês:*
508 *Junho, 21, e, 22, 28 e 29, e julho 26 e 27 na região Nordeste. Junho 21 e 22 Sul e Sudeste, Norte e*
509 *Centro-Oeste. Junho, 28 e 29 também, Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste, e julho 26 e 27, a região*
510 *Nordeste. 10h às 12h, avaliação e monitoramento da X Conferência Nacional de Assistência Social,*
511 *e Comissão Organizadora da X Conferência Nacional, definir os Conselheiros. 12h às 14h almoço,*
512 *14h às 15h30 diagnóstico e perspectivas futuras para o plano decenal 2016/2026. Convidados:*
513 *Juliana Fernandes e Luíza Otávio Farias, SNAS e MDS. Coordenara: Léa Braga, Vice-Presidente*
514 *do CNAS. Sistematizador, a definir. 15h30 às 16h, debate, 16h às 16h15 apresentação da*
515 *sistematização do debate. 16h15 às 17h, apresentação no planejamento integrado do CNAS,*
516 *2016/2018 pelo Presidente do CNAS, e Vice-Presidente do CNAS. Carta do FONSEAS da data de*
517 *18 de novembro de 2015. O FONSEAS enviou carta ao CNAS informando os pontos relevantes*
518 *retirados do 33º encontro, e que precisam de intervenção do CNAS e os demais órgãos*

519 responsáveis pela política de assistência social. Encaminhamento: A carta do FONSEAS será
520 enviada aos membros da Presidência Ampliada para conhecimento do inteiro teor do documento
521 visando pautar o assunto da próxima reunião. 6. Ofício circular um de 2016 do Conselho
522 Municipal da Assistência Social de Unaí/MG, informando sobre a atual situação da Política de
523 Assistência Sociais do Município a partir de medidas do Poder Executivo no descumprimento das
524 diretrizes apontadas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, NOB/RH. A Vice-
525 Presidente do CMAS de Unaí, informa que a partir de 30 de novembro de 2015, as equipes de
526 referência dos CREAS e CRAS foram destituídas por determinação do Prefeito. Dessa forma, o
527 Município passou a ofertar os serviços de forma precarizada com equipes reduzidas e vínculos de
528 trabalho fragilizados. O CMAS de Unaí criticou o Poder Executivo, visando salientar a
529 importância da efetivação da política de assistência social no Município. Bem como, seus agravos
530 a população assistida pela política. O CMAS também notificou o Ministério Público por meio de
531 denúncia formal. Não obtendo êxitos nos encaminhamentos citados durante a 238ª reunião
532 ordinária realizada no dia 14 de janeiro de 2016, deliberou pelo envio da manifestação e
533 documentos anexos ao Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Estadual de Assistência
534 Social de Minas Gerais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e a SEDESE,
535 solicitando providências necessárias com urgência. Encaminhamento: Solicitar o CEAS
536 manifestação após realização de diligência para verificara grave situação apontada no ofício. 7.
537 Ofício 52 2016, gabinete CDS, por meio do qual o Secretário de Desenvolvimento Social Gabriel
538 Maia Gelpke, encaminha parecer acerca da situação das lanchas, objeto de doação do aceite
539 realizado entre oito Municípios do Estado do Acre e o Ministério do Desenvolvimento Social em
540 Combate à Fome. No mesmo documento, a CIDS solicita ao CNAS análise quanto as considerações
541 expostas pelos gestores municipais de assistência social, as quais identificam limitações para
542 utilização das embarcações dessa região, e considerando a Resolução da CIB Acre, nº 11/2015,
543 sugere o seguinte: A devolução das lanchas ao MDS em prejuízo para os Municípios, que o MDS
544 entregue embarcações adequadas para navegação nos rios dessa região no Estado do Acre,
545 considerando as especificidades das hidrovias e o fator amazônica, havendo impossibilidade de
546 aquisição de outras lanchas que seja ampliado com o financiamento de 7 mil para 12 mil, cujo
547 valor será destinado para a locação e manutenção de embarcações adequadas a realidade daquela
548 região. Encaminhamento: Comunicar o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do Acre,
549 que o CNAS encaminhou manifestação a Secretaria Nacional de Assistência Social por meio do

550 *memorando nº 5/2016, Secretaria Executiva CNAS MDS para providências pertinentes. 8.*
551 *Informes. 8.1. Nota de repúdio do FET/SUAS/SP ao retrocesso na política de saúde mental enviada*
552 *por e-mail em 16 de dezembro de 2015. O Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do*
553 *Sistema Único de Assistência Social de São Paulo, FET/SUAS São Paulo, manifesta seu repúdio a*
554 *exoneração do psiquiatra Roberto Tykanori Kinoshita, e a nomeação de Dr. Valencius Wurch*
555 *Duarte Filho ao cargo de Coordenador Nacional de Saúde Mental no Ministério da Saúde.*
556 *Produtos de consultorias. 8.2. 1. Consultora Márcia Lopes, objeto, análise da concepção, formato,*
557 *metodologia, avaliação de resultados do processo conferencial da assistência social com vistas a*
558 *incrementar os processos de monitoramento e avaliação do desenvolvimento do SUAS como*
559 *política de estado. A Secretaria-Executiva informou que a consultoria interna atingiu o objetivo do*
560 *projeto, uma vez que deve o papel de subsidiário, o CNAS, na discussão do processo conferencial*
561 *de 2015 por meio da sua Comissão Organizadora e da equipe de relatoria. Possibilitou ainda a*
562 *utilização dos resultados dos produtos como subsídios para construção da metodologia adotada*
563 *tanto na realização da X Conferência Nacional de Assistência Social ocorrida em dezembro de*
564 *2015 quanto nas conferências Municipais e Estaduais, ocorridas entre maio e outubro de 2015. 2.*
565 *Consultora Valdete Barros. Objeto: Elaborar avaliação e análise técnica sobre os métodos e*
566 *temáticas adotadas por ocasião das reuniões regionais, reuniões trimestrais e reunião*
567 *descentralizada e ampliada do CNAS ocorridas no ano de 2013, e no primeiro semestre de 2014 e*
568 *seus resultados. Afim de garantir e disseminar esse conhecimento para ação junto aos Conselhos*
569 *de Assistência Social. 3. Consultora Débora Amorim. Objeto: Produto um, documento técnico,*
570 *contendo análise sobre a temática de premiação de experiências na área do controle social e sobre*
571 *a instituição do mérito CNAS edição um, 2013 e seus resultados. Proposta final de conteúdo para*
572 *publicação. Encaminhamento: A Presidência Ampliada solicitou a Secretaria-Executiva com o*
573 *envio dos produtos das Consultoras Valdete de Barros e Débora Amorim para conhecimento e*
574 *avaliação pelos seus integrantes. 4. O manual de planejamento de Controle Social da Consultora*
575 *Maria Cristina Abreu Martins de Lima, o manual de planejamento de controle social do SUAS, de*
576 *fevereiro de 2016 foi enviado aos membros da Presidência Ampliada em 24/02 para avaliação.*
577 *Encaminhamento: A Presidência Ampliada propõe o apoio da subsecretaria de planejamento e*
578 *orçamento SPO na avaliação do referido manual. 9. Pauta da 242ª reunião ordinária de abril de*
579 *2016”. A Conselheira Denise Mafra Gonçalves – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação –*
580 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, realiza a leitura referente ao*

581 Anexo A da Memória da Presidência Ampliada: “Nota técnica conjunta, em 16 de setembro de
582 2015, nº 001 da Secretaria de Atenção à Saúde, e Secretaria de Gestão Participativa SGP.
583 Estratégica, e participativa. O assunto, diretrizes e fluxograma para atenção integral a saúde das
584 mulheres, das adolescentes em situação de rua, e, ou usuárias de crack/outras drogas e seus filhos
585 recém-nascidos. Ao considerar a responsabilidade do Estado Brasileiro. Ponto 1. De assegurar
586 direitos humanos de mulheres adolescentes e crianças em todas as circunstâncias, o Ministério da
587 Saúde apresenta esse documento composto por diretrizes e fluxograma com possibilidade de
588 atenção as mulheres em situação de rua e ou usuárias de crack/outras drogas e seus filhos e filhas
589 recém-nascidos. Ponto 2. Esse documento direciona-se especialmente a gestores, e gestoras, e
590 profissionais de saúde de todo o país, reconhecendo o protagonismo do Sistema Único de Saúde,
591 SUS, na atenção integral a esse público. Fundamenta-se em marcos normativos nacionais, e
592 internacionais que entre outros aspectos atribuem as mulheres adolescentes e crianças a condição
593 de sujeito de direitos, sendo necessário lhes garantir entre outros, os direitos a convivência
594 familiar e ao acesso a serviços públicos de qualidade conforme suas demandas. Orientar gestores e
595 profissionais de saúde a respeito dessa temática, faz-se fundamental frente ao atual e recorrente
596 recomendação de órgãos da justiça como o Ministério Público para comunicação imediata ao
597 poder judiciário do nascimento de crianças e mulheres em situações de rua e ou usuárias de crack
598 e outras drogas, bem como gestantes que se recusarem a realizar o pré-natal. Tais recomendações,
599 estão por vezes ocasionando decisões para o afastamento das crianças recém-nascidas de suas
600 mães, logo após o nascimento pelo fato de estarem nessas situações, ancoradas na suposta
601 proteção da criança. Não obstante e disposto a prática de retirada de bebês de mulheres em
602 situação de rua ou usuárias de crack ou outras drogas, foi identificado igualmente em
603 maternidades de Estados e Municípios em que não há recomendações do Ministério Público
604 Recomendação dos Ministérios Públicos 4. A constituição federal, estabeleceu nova configuração
605 do Sistema de Justiça desde a determinação dos estudos criarem as defensorias públicas até as
606 novas atribuições dos Ministérios Públicos, sobretudo, voltadas a garantia dos direitos humanos de
607 caráter difuso e coletivo como uso de crianças e adolescentes, populações em situação de rua,
608 pessoa com transtornos mentais, etc. 5. Dentre as ferramentas administrativas desses órgãos,
609 encontramos um documento intitulado recomendação, no que tange ao Ministério Público, a Lei
610 Federal nº 8629/93, Lei Orgânica do Ministério Público, informa a existência desse instrumento
611 conforme disposição no artigo 27. 6. A recomendação portanto, é ferramenta necessária ao

612 *Ministério Público para mediar a relação entre administração pública e as, os cidadãos, cidadãs*
613 *quanto as políticas públicas, destinadas a garantia de seus direitos. É o caso das recomendações*
614 *expedidas fazendo sugestões sobre atuações de serviços de saúde no cuidado com mulheres em*
615 *situação de rua ou usuária de drogas e seus filhos recém-nascidos. A recomendação, portanto, é*
616 *um documento opinativo uma vez que não possui poder coercitivo ao poder público, sendo desse*
617 *modo, de cumprimento espontâneo, porém, incentivado. Entretanto, vê-se que algumas das*
618 *recomendações proferidas pelo Ministério Público, carecem maior conhecimento técnico sobre a*
619 *execução da política pública, o que terminar por tornar em muitos casos inexecutável a adequação*
620 *da conduta do agente público, a forma recomendada Diante desse cenário, entendido também*
621 *como oportuno, apresentamos posicionamento técnico de contribuição a qualificação das ações de*
622 *cuidado. Do imediatismo a garantia de direitos humanos. Item 9. Sobre esse assunto, o Ministério*
623 *da Saúde entende que decisões imediatistas e afastamento das crianças de suas mães sem os*
624 *devidos apoios e acompanhamento antes, durante e após o nascimento, bem como uma avaliação*
625 *processual de cada situação, violam direitos básicos, tais como autonomia das mulheres e a*
626 *convivência familiar, legalmente assegurada as mulheres e as crianças. De acordo com a*
627 *Constituição Federal, o tripé cooperativo, família, sociedade, Estado é responsável pela garantia*
628 *de direitos comuns e especiais as crianças e adolescentes artigo 227 da Constituição Federal e*
629 *artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Item 10. As mulheres e adolescentes em*
630 *situação de rua, via de regra, encontram inúmeras barreiras para acessar ações e serviços*
631 *públicos de saúde. Isso decorre de várias ausências, tais como de informação, de documentação, de*
632 *endereço convencional, etc. No âmbito do SUS, gestores e profissionais de saúde, precisam estar*
633 *atentos a essas especificidades, atuando na eliminação dessas barreiras e garantindo o acesso*
634 *universal igualitário, as ações e serviços de saúde. Dentre esses, os consultórios na rua, as*
635 *unidades básicas de saúde, e o centro de atenção psicossocial são estratégicos. Em âmbito*
636 *internacional, o Brasil é signatário da declaração e plataforma de ação da 4ª Conferência Mundial*
637 *sobre a Mulher em Pequim, 1995. Cujos objetivos estratégicos na área de saúde, englobam uma*
638 *promoção e proteção dos direitos das mulheres e o acesso do serviço de atenção primária, e*
639 *atendimento à saúde sexual e reprodutiva de qualidade. Item 12. No âmbito nacional, cabe*
640 *destacar a Lei Federal nº 8080/90 que dispõe sobre o SUS, estabelecendo que a saúde é um direito*
641 *fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno*
642 *exercício. Artigo 2º, sobre as diretrizes universalidade de acesso ao serviço de saúde em todos os*

643 *níveis de assistência, integralidade, igualdade da assistência a saúde, sem preconceitos ou*
644 *privilégio de qualquer espécie.No acompanhamento das mulheres e das adolescentes em situação*
645 *de rua, e ou com uso abusivo de drogas, é essencial garantir seus direitos sexuais e reprodutivos,*
646 *dentre os quais se destacam seu direito de decidir de forma livre e responsável se quer ou não ter*
647 *filhos, quantos filhos deseja ter, e em que momento de sua vida, direito de viver plenamente a*
648 *sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças, independentemente de estado civil, idade*
649 *ou condição física. E o direito de acesso a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e um*
650 *atendimento de qualidade sem discriminação. 14. Nesse sentido, é necessário que se promovam*
651 *ações de planejamento sexual e reprodutivo por meio da disponibilização de orientações,*
652 *informações e métodos contraceptivos, respeitando sua autonomia o direito de exercer a*
653 *sexualidade, e a reprodução livre de discriminação e imposição e violência. Essas ações também*
654 *devem envolver o direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de infecções*
655 *sexualmente transmissíveis e a AIDS, assim como acesso a exames, testes rápidos, profilaxia após*
656 *exposição, diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis por HIV, AIDS em*
657 *tempo oportuno. 15. Há distintos grupos populacionais que têm seus direitos humanos violados em*
658 *função da sexualidade, e outros para os quais se suponha impertinência na reprodução. Como é o*
659 *caso das pessoas com deficiência, privadas de liberdade em situação de rua, adolescentes e*
660 *pessoas com orientações sexuais não heterossexuais para o Ministério da Saúde é fundamental*
661 *reconhecimento da universalidade dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos para qualificação*
662 *da proposição de políticas públicas que contemplem as especificidades dos diversos seguimentos*
663 *da população. A prática sexual e a maternidade, paternidade são direitos de todos, todas que*
664 *devem ser garantidas pelo Estado. 16. É necessário ainda que profissionais de saúde, que realizam*
665 *o acompanhamento de mulheres e adolescentes em situação de rua, e ou usuários de crack ou*
666 *outras drogas estejam atentos também a possíveis vivências de violência por parte dessas mulheres*
667 *e adolescentes e caso exista gravidez decorrente de violência sexual, orientá-las sobre o direito a*
668 *interrupção legal da gestação e articular-se com serviços de saúde de referência para essa ação no*
669 *território. 17. Quando se tornam gestantes, as mulheres e adolescentes em situação de rua, assim*
670 *como todas as outras mulheres, apresentam demandas de saúde importantes e mais específicas que*
671 *precisam ser atendidas. Nesse escopo inclui-se o acompanhamento da gestação por meio do pré-*
672 *natal, disponibilização de orientações sobre os cuidados necessários nessa fase, a vinculação local*
673 *do parto, a garantia de acesso qualificado a esse local, e a um parto humanizado, a atenção a*

674 criança recém-nascida, e a continuidade da atenção a mulher no puerpério. Incluindo
675 planejamento reprodutivo pós-parto, as articulações intersetoriais necessárias de acordo com suas
676 demandas, por exemplo, o acolhimento em serviço da assistência social, e a inserção em
677 programas habitacionais. 18. Tão ou mais enfática, deve ser a oferta de cuidados nos casos de
678 gestantes adolescentes. Dada a condição peculiar de desenvolvimento, artigo 6º Estatuto da
679 Criança e do Adolescente em que se encontram necessitando de cuidados a saúde, diferenciados e
680 de proteção integral. 19. Sabe-se que nem todas as mulheres que estão em situação de rua fazem
681 uso de drogas. Para as que utilizam essas substâncias é fundamental o direcionamento cauteloso
682 das ações sanitárias que construa com as mulheres em primeiro plano, a oportunidade de se
683 desenvolver hábitos, modos e estilos de vida mais saudáveis sozinhas ou em parceria familiar. Esse
684 tipo de intervenção, é o que possibilitará essas mulheres e adolescentes que ressignifiquem as
685 escolhas sobretudo que lhes afeta e por elas é desejado, inclusive por manter o uso de substâncias
686 psicoativas. 20. No âmbito da saúde pública, compreende-se igualmente que o tratamento baseado
687 no encarceramento, na punição, ou repressão, possui pouco ou nenhum efeito terapêutico. As
688 necessidades das mulheres, das adolescentes com quadros de intenso sofrimento psíquico
689 decorrente do uso de álcool ou outras drogas, ou mesmo em outra situação de vulnerabilidade
690 social como a vivência na rua, são muitas e de diferentes naturezas e gradações. Nessas
691 circunstâncias, o papel do Estado brasileiro direciona-se a promover ações para o fortalecimento
692 dessas mulheres e adolescentes agindo a partir das demandas e especificidades que apresentam
693 com ações específicas também voltadas a fase da vida gestacional e puerperal. Artigo 6º da
694 Constituição. 21º. A eventual condição gestante ou nutriz não em seja a relativização ou
695 flexibilização dos direitos inclusive de autonomia e liberdade. Tão pouco gera o direito de o Estado
696 intervir no processo de cuidado entre a familiar, uma vez que não cabe aos agentes estatais
697 impedir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição Federal e nos
698 instrumentos internacionais de direitos humanos. Portanto, o planejamento familiar é livre decisão
699 do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício
700 desse direito. Vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
701 Resta alertar, portanto, porque a vulnerabilidade social de tais populações não pode ser utilizada
702 como condicionante para manutenção ou eliminação de direitos fundamentais, assim a não
703 submissão de mulheres que exercem o direito de escolher, fazer o uso de álcool e outras drogas aos
704 cuidados de saúde e as intervenções judiciais, ainda que gestantes ou nutrizes, não podem interferir

705 *no seu direito de permanecer ou não com seus filhos, suas filhas, assim como no acesso de saúde*
706 *com qualidade. Portanto, esses direitos de liberdade à saúde não concorrem entre si, e constitui*
707 *violação aos direitos humanos, recomendar que o acesso a saúde e a garantia da convivência*
708 *familiar sejam assegurados somente mediante a forçada escolha de não estar mais nas ruas ou em*
709 *uso drogas. 23. É o que concluímos diante do Estatuto da Criança e do Adolescente ao*
710 *identificarmos que o direito a convivência familiar é também uma estratégia de garantia ao*
711 *desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência, artigo 7º do Estatuto da*
712 *Criança e do Adolescente, cabendo ao Estado assegurar os cuidados que contemplem as escolhas*
713 *das pessoas envolvidas, dentre elas, a de se permanecer na relação entre mães e filhos. Não*
714 *constituindo a falta de recurso materiais, eventualmente demonstrada pela situação de rua, motivo*
715 *em si para separação familiar. E que ao mesmo tempo, e também para tal garantia, as ações em*
716 *saúde, acentuam em cuidados em algumas fases como a gestacional. Artigos 8º e 10º do Estatuto*
717 *atenção integral a saúde das mulheres em situação de rua e usuária de crack e outras drogas e*
718 *seus filhos ou filhas recém nascidos devem se fundamentar nesses parâmetros legais e nos*
719 *paradigmas que atribuem a população em situação de rua, a condição de sujeito de direitos. Tal*
720 *qual crianças e adolescentes, público que em sua condição peculiar de pessoas em*
721 *desenvolvimento, devem ser contemplados sobre a ótica da proteção integral. Ao mesmo tempo, é*
722 *preciso garantir os direitos das mulheres de decidirem ficar ou não com a criança, não cabendo*
723 *aos profissionais de saúde julgá-las, mas propiciar o apoio necessário para suas escolhas,*
724 *entendendo que esse é um momento crítico de suas vidas em situação que exija um processo de*
725 *amadurecimento da decisão. 26. Para serem efetivas, as ações para o fortalecimento das mulheres*
726 *e adolescentes para proteção dos seus direitos, dos direitos dos recém-nascidos, bem como para*
727 *criação de condições dignas que lhes proporcionem acompanhar o desenvolvimento e educação de*
728 *suas crianças, precisam traduzir sem ações em rede. Tais ações devem ocorrer de forma integrada*
729 *e articulada, envolvendo vários setores. Saúde, assistência social, segurança pública, Conselhos,*
730 *representações da população e outros. Orientados e sensibilizados para atuar, sempre com base na*
731 *garantia dos direitos humanos de mulheres, adolescentes e crianças. Caso seja identificada*
732 *qualquer situação que vulnerabilize a mulher ou a criança durante o pré-natal, o parto ou o*
733 *puerpério, os órgãos da rede existentes no território, devem ser acionados para assegurar o*
734 *acolhimento da gestante em sua rede de apoio para uma gravidez e um parto saudáveis, evitando a*
735 *necessidade de futuro rompimento do vínculo mãe e filho, ou filha após o nascimento da criança.*

736 28. Nesse sentido, é importante que os gestores propiciem espaços de acolhimentos para mulheres
737 e seus filhos, filhas, onde esses sejam cuidados nos momentos de vulnerabilidade, durante a
738 gravidez e após a alta da maternidade. Esses espaços não devem ser cerceadores de direitos ou
739 punitivos. Devem ser espaços que podem transitar entre a saúde e a assistência social, promovendo
740 o cuidado compartilhado da criança com a mulher, caso seja necessária, e assegurando ações que
741 garanta a proteção desses sujeitos, assim como a possibilidade das mulheres vivenciarem uma
742 outra forma de inserção na sociedade caso deseje. 29. Frente a essas considerações, gestores e
743 profissionais de saúde, precisam reconhecer o papel fundamental do SUS na promoção de ações e
744 nas articulações intersetoriais necessárias. No âmbito federal, o Ministério da Saúde
745 disponibilizará o presente documento com diretrizes e fluxograma, esse tem como objetivo
746 principal fortalecer atenção, e possibilitar alternativas de promoção e defesa do direito das
747 mulheres, suas crianças e famílias, artigo 226 da Constituição. Dentro dos parâmetros legais,
748 vigentes preservando o direito a integridade física e psicossocial das mulheres e crianças nos seus
749 contextos familiares. Atenciosamente assinado pela Secretária de Atenção a Saúde do Ministério
750 da Saúde Lumena Almeida Castro Furtado, e pelo Secretário de Gestão Estratégica Participativa
751 do Ministério da Saúde, Rogério Carvalho Santos.”. Feita a leitura da memória da reunião, após as
752 contribuições por parte dos Conselheiros, a Vice-Presidente indica os seguintes Encaminhamentos:
753 Dar conhecimento e solicitar a SNAS informações do histórico do debate dentro do próprio MDS;
754 que o CNAS encaminhe subsídios para a Comissão de Política; que enquanto a Comissão de
755 Política tiver todos os insumos, o assunto entre na pauta e que a Comissão de Política forneça a
756 devolutiva para o Pleno para estabelecer o debate com o Conselho Nacional de Saúde. A discussão
757 do item 1.4 sobre habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, resultou no seguinte
758 Encaminhamento: remeter à Comissão de Política, e a Comissão de Normas para realizarem uma
759 reflexão inicial desse ponto, e o Conselheiro Alceu sugere que o CNAS articule com o CONAD o
760 debate que envolve o tema proposto. Quanto ao Ponto 3 sobre a Reunião descentralizada e ampliada
761 do CNAS 11 e 13 de abril, a Vice-Presidente informa sobre a possibilidade de realizar o encontro
762 em Brasília com o apoio do DF, todavia os Conselheiros concordam que a conclusão deste ponto
763 fica sujeito à finalização do entendimento com a região Norte, e que na sexta-feira será possível
764 obter a resposta. Em relação ao ponto 5 o Conselheiro Fábio solicita que a palavra “intervenção”
765 seja retirada da carta do FONSEAS. No que tange ao item 6, a Vice-Presidente informa o
766 Encaminhamento: solicitar ao CEAS de Minas Gerais para informações sobre a situação do

767 Município. O Ponto 7 refere-se ao Ofício 052 que envolve as lanchas, o Encaminhamento, trata-se
768 de: comunicar ao Secretário do Estado do Acre que o CNAS encaminhou manifestação a Secretaria
769 Nacional de Assistência Social por meio do memorando para providências pertinentes. O Ponto 9,
770 que se trata da programação da reunião descentralizada e ampliada do CNAS, considerando que no
771 dia 11/04 e 12/04 de 9h às 18h, será a reunião descentralizada e ampliada do CNAS; Dia
772 13/04/2016, reunião ordinária do CNAS, de 9h à 9h15 aprovação da ata de número 241, ordinária, e
773 da pauta 242 da reunião ordinária; De 9h15 à 10h30, informes da presidência, Secretaria-Executiva,
774 MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. De 10h30 às 12h e de 14h às 18h ainda não tem
775 uma proposta. A Vice-Presidente entende que no dia seguinte, se houver as devoluções dos
776 Conselhos, esse ponto será melhor analisado com o maior grau de informação visando a tomada de
777 decisões para a reunião descentralizada e ampliada. Em seguida o Relato da Presidência Ampliada é
778 aprovado após submetido ao Pleno. **Item – Relato Comissão de Acompanhamento de Benefício e**
779 **Transferência de Renda.**A Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça – Representante do
780 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, procede a leitura da memória de
781 reunião da referida Comissão: *“Reunião 1 de 2016 de 09/03/2016 de 9h às 10h30. Conselheiros e*
782 *Conselheiras presentes: Alceu Kuhn, Elise Andreolla, Laís Maranhão, Leovane Gregório,*
783 *Margareth Alves. Participantes da Sociedade Bíblica do Brasil: Emilene Araújo, Rosineia Cardoso.*
784 *Do Conselho Municipal de Assistência Social de Sergipe: Damires Ramos, Maria Isabel Modesto,*
785 *Carlos Alberto Oliveira. Da Secretaria-Executiva do CNAS: Maria Auxiliadora Pereira, Ana*
786 *Tereza Gomes, Carolina Ribeiro, Maria Antônia Valente, Rosiele Bonfim. 1. Realizando o plano de*
787 *ação da Comissão. A Comissão fez discussão geral sobre o plano de ação apontando necessidade*
788 *de que se definam ações e estratégias que visem informar e orientar os Conselhos de Assistência*
789 *Social no exercício do controle social do Benefício de Prestação Continuada do programa Bolsa*
790 *Família e dos benefícios eventuais. Destacam-se também pontos como a inclusão de beneficiários*
791 *do BPC no cadastro único, e a necessidade de acompanhamento da gestão integrada entre*
792 *benefícios, em especial o BBF e o BPC, e serviços socioassistenciais. Não foi possível revisar o*
793 *plano de ação de forma detalhada, o que será feito na reunião extraordinária em maio. 2.*
794 *Definição do calendário de reuniões da Comissão para 2016. Considerando que não foi possível*
795 *discutir a pauta em sua totalidade em função do pouco tempo de reunião, a Comissão propõe*
796 *realização de uma reunião extraordinária no dia 16 de maio, no período das 14h às 18h.*
797 *calendário das próximas reuniões, com a proposição das mesmas, acontecerá no dia anterior, no*

798 *início da reunião do CNAS a tarde. 16 de maio, das 14h às 18h, dia 15 de agosto das 14h às 18h,*
799 *essa data foi reajustada devido a posse dos novos Conselheiros que ocorrerá em junho. 21 de*
800 *novembro das 14h às 18h. 3. Pauta da reunião extraordinária de maio de 2016. Revisão do plano*
801 *de ação, estudo do caderno de orientação com a Resolução CNAS nº 15 de 2014 e o plano de ação,*
802 *já com as contribuições da Comissão, e apresentação de dados sobre as pessoas com deficiência*
803 *inseridas no cadastro único pela SENARC. Encaminhamentos: Encaminhar aos integrantes da*
804 *Comissão por e-mail o caderno de orientação, o plano de ação e a Resolução CNAS nº 15 de 2014*
805 *para contribuições com o prazo até 30 de abril para que a Secretaria-Executiva possa consolidar*
806 *as alterações que serão apresentadas em maio. Encaminhar o memorando para SNAS e a SENARC*
807 *informando sobre a necessidade de atualizações dos cadernos de orientações aos Conselhos de*
808 *Assistência Social para o controle social do Benefício de Prestação Continuada, programa Bolsa*
809 *Família e Benefícios Eventuais da Assistência Social, maio de 2014, e solicitando subsídios.*
810 *Encaminhar para os integrantes da Comissão, a apresentação em Power Point de dados das*
811 *pessoas com deficiência que estão inseridas no cadastro único que será apresentada na reunião a*
812 *ser realizada em maio.”. A memória foi submetida ao Pleno, e não se constatou nenhum destaque*
813 *pelos Conselheiros, portanto aprovado o Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefício e*
814 *Transferência de Renda. **ENCERRAMENTO.**A Vice-Presidente Léa Lúcia Cecílio Braga encerra*
815 *o segundo dia de reunião, convidando a todos para retornarem às 09:00 do dia seguinte.*
816 **ABERTURA.**O Presidente Edivaldo da Silva Ramos reinicia a reunião e solicita a conferência do
817 quórum. Em seguida, a Secretária Executiva Maria das Mercês de Avelino Carvalho saúda a todos e
818 realiza a conferência do quórum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Telma Maranhão;
819 Conselheira Solange Teixeira; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Célia de Melo Lima;
820 Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheiro Alceu Kuhn;
821 Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheira Clátia Regina
822 Vieira. Conselheiros na suplência: Conselheira Maria Oliveira Almeida; Conselheiro Carlos
823 Nambu; Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco; Conselheira Eufrásia Agizzio; Conselheira
824 Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento; Conselheiro Leovane
825 Gregório; Conselheiro Fábio Bruni; Conselheira Bárbara Cardoso Campos; Conselheira Léa Cecílio
826 Braga. **Item – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.** A Conselheira Solange
827 Teixeira - SENARC - Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos -
828 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, discorre que a

829 ação 7.1, trata-se de uma ação nova, registra que o entendimento foi que o Plano de Comunicação
830 seria no âmbito do MDS e do Conselho mais com lócus exclusivamente na Presidência do CNAS.
831 Pondera que a nova meta foi resgatada em decorrência de deliberações da Conferência, onde essa
832 ação é vista como prioridade, que seria elaborar a estratégia de comunicação com os Conselheiros
833 estaduais em linguagem acessível, explica que essa estratégia aconteceria por meio de base de
834 dados do CNAS, dos Conselheiros estaduais, com o desenvolvimento de mecanismos e
835 instrumentos de comunicação direta com os Conselheiros, acrescenta que também representa um
836 desafio, a articulação com a ASCOM, MDS, com outros meios de comunicações direta, dentre eles
837 a criação de uma página específica no *site*. Ademais realiza leitura das Prioridades da Comissão:
838 *“Enviar informe do CNAS; enviar e-mail diretamente aos Conselheiros; criar uma rede de mailing*
839 *de Conselheiros; Estabelecer mecanismos de divulgação e orientação permanente junto aos*
840 *Conselhos e gestores sobre as funções dos Conselhos enquanto instância deliberativa do SUAS, de*
841 *caráter permanente e composição paritária; Divulgação das normas, das legislações e normas no*
842 *que se refere às competências e atribuições do CNAS; orientar os CAS sobre a implementação da*
843 *Resolução do CNAS, as Resoluções; divulgar junto aos Conselhos Conselheiros e Conselheiras*
844 *essas orientações; definir orientações que permitam aos Conselhos municipais a executarem seus*
845 *trabalhos de forma a estarem com as informações bem consubstanciadas, bem de acordo com as*
846 *diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social; acompanhar as reuniões Plenárias por meio*
847 *das atas de reuniões mensais dos CEAS; Propor instrumentos para acompanhar e avaliar a*
848 *capacitação permanente dos Conselheiros da Assistência Social, de acordo com a PNEP SUAS,*
849 *Resolução 4/2013; Orientar os CEAS para compor a Política Nacional de Educação Permanente;*
850 *Orientar os CEAS para que estimule a participação dos Conselheiros na capacitação promovida*
851 *pela Política Nacional de Educação Permanente.”* A operacionalização nesse processo: *“Elaborar*
852 *formulário de avaliação e de capacitação promovido pela Política Nacional de Educação*
853 *Permanente e enviar aos CEAS para preenchimento e envio ao CNAS; Orientar os CAS sobre o uso*
854 *das informações constantes; Orientar os CAS sobre o uso das informações constantes do Cadastro*
855 *Nacional do SUAS, o CAD SUAS, do Censo SUAS e do Cadastro Único; Divulgar junto aos CEAS,*
856 *Conselheiros os conceitos e normas de funcionamento da vigilância socioassistencial; Orientar os*
857 *Conselhos que solicite ao órgão gestor acesso a essas bases, principalmente ao CADSUAS, ao*
858 *Censo SUAS e ao CadÚnico”* E orientar os CEAS e os CAS/DF para utilização dos sistemas
859 CADSUAS, Censo SUAS e CadÚnico. Essa operacionalização seria: *“Uma ação integrada e*

860 *conjunta com a Comissão de Política para discutir, inclusive as funções da vigilância; definir itens*
861 *que devem constar nas orientações a serem elaborada; e apresentar e discutir orientações em*
862 *reunião da Comissão; e divulgar junto aos Conselhos e Conselheiros as funções pertinentes;*
863 *Articular com a gestão a ampliação dos recursos destinados ao funcionamento, manutenção e*
864 *estruturação de acordo com as normativas vigentes; Orientar os CAS sobre os meios de*
865 *acompanhamento e avaliação da operacionalização da gestão dos recursos; Análise e*
866 *apresentação dos dados do Censo SUAS acerca da estrutura e do funcionamento dos Conselhos;*
867 *Enviar normativos sobre a execução orçamentária e veio a informação sobre o IGD PBF e IGD*
868 *SUAS; e enviar dados do Censo SUAS. O Conselheiro José Crus parabeniza a Comissão sugere que*
869 *seja mais proativa para articular com a gestão de maneira mais concreta. **Item – Relato da***
870 **Comissão de Política.** *A Conselheira Márcia de Carvalho Rocha – Lar Fabiano de Cristo, explana*
871 *que foram definidas cinco metas, oito ações e priorizadas hierarquizadas quatro metas e cinco ações*
872 *a saber: a meta 01: “Exercer o Controle Social e fiscalização da Política de Assistência Social por*
873 *meio do acompanhamento e da avaliação da gestão do SUAS; Ação: Fortalecer as funções de*
874 *Controle Social e fiscalização dos Conselhos de Assistência Social para que os órgãos gestores e*
875 *Coordenadores da Política de Assistência Social garantam a manutenção e o aprimoramento da*
876 *gestão do SUAS, no âmbito dos municípios, Estados, Distrito Federal e União. Estratégia: 1.1 –*
877 *Aprovar, acompanhar, fiscalizar e exercer o Controle Social da implementação do Plano Decenal*
878 *do SUAS, 2016/2026; 1.2 – Aprovar, fiscalizar e exercer o Controle Social dos Pactos de*
879 *Aprimoramento do SUAS de âmbito municipal, estadual e do Distrito Federal. Operacionalização:*
880 *Orientar CAS e gestores sobre as Resoluções que tratam dos trabalhadores e usuários do SUAS,*
881 *Resoluções comentadas; pautar anualmente na Comissão os dados do Censo SUAS com vistas a*
882 *orientar os CAS no fortalecimento do Controle Social nos municípios, Estados e DF, por meio de*
883 *informes e orientação.” . Meta 1, estratégia 1.3: “Acompanhar o estágio de desenvolvimento do*
884 *SUAS. Operacionalização: Incluir nas pautas das reuniões trimestrais agenda estratégica da*
885 *Comissão de Política para fortalecimento do Controle Social; articular com a SNAS a construção*
886 *do Índice de Desenvolvimento do SUAS, consoante ao estágio de organização do SUAS, conforme*
887 *estabelece o Artigo 28 da NOBSUAS 2012; definir a agenda conjunta do CNAS com o*
888 *CONGEMAS, FONSEAS, CIT, mesa nacional gestão do trabalho do SUAS, visando o*
889 *fortalecimento da gestão da política e a consolidação do SUAS; acompanhar a utilização dos*
890 *recursos do Índice de Gestão Descentralizado do SUAS, IGDSUAS, e do Índice de Gestão*

891 *Descentralizado do Programa Bolsa Família, IGD PBF. Ação 2. Acompanhar a gestão do trabalho*
892 *e a educação permanente no âmbito da Assistência Social. Estratégia: 2.1 – Acompanhar as ações*
893 *relativas à valorização do trabalhador na perspectiva de desprecarização da relação e das*
894 *condições de trabalho; 2.2 – Acompanhar as ações relativas à estruturação do processo de*
895 *trabalho; 2.3 – Acompanhar o desenvolvimento do programa CapacitaSUAS. A operacionalização:*
896 *Acompanhar e discutir as decisões da Mesa de Negociação, da Mesa Nacional Gestão do Trabalho*
897 *do SUAS. Inserir na pauta trimestral dos CAS a discussão da Resolução número 04/2013, que versa*
898 *sobre a Política Nacional de Educação Permanente, PNEP, a operacionalização do programa*
899 *CapacitaSUAS, os núcleos de educação permanente entre outras ações” Ação 2: “Articular com os*
900 *CEAS e CAS/DF para que exerçam a sua função de Controle Social e fiscalização do programa*
901 *CapacitaSUAS; pautar nas reuniões trimestrais com os CEAS e CAS/DF questões referentes ao*
902 *programa Capacita SUAS.”. Meta 02: “Acompanhar e fiscalizar a manutenção, expansão e*
903 *qualificação dos serviços, benefícios e as unidades do SUAS. Ação 01: Acompanhar e fiscalizar a*
904 *expansão e a qualificação dos serviços e unidades socioassistenciais da Proteção Social Especial*
905 *de média e alta complexidade. Estratégia: 1.1 – Acompanhar, monitorar e fiscalizar a expansão e*
906 *qualificação dos serviços desenvolvidos nos Centros de Referências Especializados de Assistência*
907 *Social, CREAS Regionais, Centro POP, Centro-Dia e atendimento de adolescentes em*
908 *cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida e prestações de*
909 *serviços à comunidade. Operacionalização: Solicitar à SNAS o balanço do processo de*
910 *implantação e qualificação dos serviços de média complexidade e respectivas orientações técnicas*
911 *para os serviços tipificados; solicitar à SNAS o balanço do processo de implantação e qualificação*
912 *dos serviços de alta complexidade e respectivas orientações técnicas para os serviços tipificados e*
913 *o estágio do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*
914 *2017.” Ação 01: “Estratégia 1.2 – Acompanhar, monitorar e fiscalizar a expansão e oferta dos*
915 *serviços desenvolvidos; implantação das residências inclusivas. Unidades de acolhimento para*
916 *criança e adolescentes, idosos, mulheres, adultos e famílias nos serviços de calamidades públicas e*
917 *de emergência no âmbito do SUAS.” A meta 04: “Exercer o Controle Social das ações de combate*
918 *ao trabalho infantil. Ação 01: Discutir a contextualização da situação atual do trabalho infantil e*
919 *reavaliar o papel das políticas públicas para o seu enfrentamento, especificamente o da Política de*
920 *Assistência Social. Estratégia 1.1 – Acompanhar e fiscalizar as ações estratégicas de*
921 *enfrentamento ao trabalho infantil. Operacionalização: Solicitar à SNAS balanço das ações*

922 *estratégicas de COPAT ao trabalho infantil; estabelecer a agenda integrada e propositiva com os*
923 *Conselhos setoriais de defesa e garantia de direitos para fortalecer o combate ao trabalho infantil.*
924 *Promover o debate para avaliação das ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil com*
925 *o Ministério Público, Ministério do Trabalho, Secretaria de Direitos Humanos, MDS entre outros.*
926 *Meta 05: Intersetorialidade e interinstitucionalidade. Ação 01: Fomentar a função de defesa e de*
927 *garantia de direitos no âmbito da política pública de Assistência Social. Estratégia: 1.1 –*
928 *Fortalecer a Rede de Proteção Social e o Sistema de Garantia de Direitos, visando afiançar as*
929 *seguranças socioassistenciais na perspectiva da Proteção Social por meio da articulação entre as*
930 *políticas setoriais e de defesa de direitos. Operacionalização: Acompanhar a participação e*
931 *articulação da política de Assistência Social nas agendas intersetoriais e interinstitucionais;*
932 *acompanhar os provimentos do Conselho Nacional de Justiça; propor debate sobre o provimento*
933 *36 do CNJ e seus desdobramentos; propor debate sobre a intersetorialidade junto às políticas*
934 *públicas de saúde, educação e direitos humanos; situação de rua, migrantes, adolescentes em*
935 *conflito com a Lei, questão racial, religiosa, mulheres, vítimas de violência, egressos do sistema*
936 *prisional.”. **Item – Relato da Comissão de Normas.** A Conselheira Cláudia Laureth Faquinote –*
937 *União Brasileira de Educação e Ensino, explica que das cinco metas e sete ações que a Comissão*
938 *possui foram priorizadas e hierarquizadas, sendo que corresponde a meta 01: “Atualizar o*
939 *Regimento Interno do CNAS.” Na escala de prioridade figurou como ação 01: “Redefinir as*
940 *atribuições das funções temáticas no Regimento Interno.” a estratégia 1A: “Realização de*
941 *diagnóstico dos fluxos atuais e competências das Comissões Temáticas; 1B – Identificar eventuais*
942 *lacunas; e 1C – Coletar sugestões e realizar consultas aos demais Conselheiros e equipe da*
943 *Secretaria-Executiva quanto ao Regimento Interno.” A estratégia: “Realização de diagnóstico dos*
944 *fluxos atuais e competências das Comissões temáticas.” A operacionalização seria: “Mapear que se*
945 *dará por meio: Mapear as competências das Comissões Temáticas dos fluxos, e os fluxos*
946 *existentes; A estratégia 02: “Rever as atribuições e competências do que está posto, se responde à*
947 *necessidade de atuação do CNAS. A operacionalização: Resgatar os estudos feitos que ancoraram*
948 *as alterações já realizadas no Regimento Interno; Identificar as interseções entre as atribuições da*
949 *Comissões Temáticas e conhecer o modusoperandi de outras instâncias que atuam como espaço de*
950 *Colegiados e deliberativos de políticas públicas. A estratégia 3: “Propor aperfeiçoamento dos*
951 *fluxos. A operacionalização: agendar encontros com as Comissões Temáticas, Presidência*
952 *Ampliada e Secretaria-Executiva para apresentação em análise do redesenho do fluxograma das*

953 atribuições das Comissões Temáticas; e elaborar um novo fluxograma.”. A meta 02 corresponde a:
954 “Realizar estudos. E traz como ação: realizar estudos sobre a implementação do marco
955 regulatório das organizações da sociedade civil, Lei número 13.019/2014, alterada pela Lei
956 13.204/2014.” A meta 03: “Normatizar as ações e regular a prestações de serviços de natureza
957 pública e privada do campo da Assistência Social.” a ação 3.2: “Revisar a Resolução CNAS número
958 237/2006, que dispõe sobre diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos
959 Conselhos em relação ao acompanhamento do ciclo orçamentário. A estratégia: Elaboração de
960 propostas de alteração da Resolução ou de orientações sobre o papel dos Conselhos no
961 acompanhamento do ciclo orçamentário. Operacionalização: realizar levantamento na Resolução
962 CNAS número 237/2006, de artigos que necessitam de alteração ou orientações em razão às novas
963 normativas vigentes; b) Realizar reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos
964 Conselhos e de Financiamento.” A meta 04: “Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação
965 das entidades e organizações de Assistência Social do MDS.”. Ação 4.1: “Apreciar os relatórios
966 trimestrais sobre as informações trimestrais sobre o processo de certificação de entidades de
967 Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS número 18/2011, bem como
968 do relatório anual com as informações sobre o processo de certificação de entidades de Assistência
969 Social, conforme disposto no Artigo 3º da LOAS. Estratégia: Apresentação trimestral pelo
970 DRSP/SNAS das informações sobre o processo de certificação de entidades de Assistência Social.”.
971 A operacionalização: “Convidar o DRSP/CNAS para que apresente as informações trimestrais
972 sobre o processo de certificação e acompanhar as medidas adotadas pelo DRSP/CNAS em relação
973 ao monitoramento pelo TCU. Estratégia B – Apresentação do relatório anual com as informações
974 sobre o processo de certificação de entidades de Assistência Social da Rede Socioassistencial
975 Privada do SUAS. A operacionalização: Convidar o DRSP/SNAS para que apresente o relatório
976 anual.”. A meta 03: “Normatizar as ações e regular a prestações de serviços de natureza pública e
977 privada do campo da Assistência Social.”. Tal ação foi transferida para a prioridade 05: “Revisar a
978 Resolução CNAS número 212/2006, que dispõe sobre os critérios orientadores para a
979 regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de Assistência
980 Social passa a publicação da Lei 12.435/2011 e Resolução CNAS número 39/2010. A estratégia 3A
981 – Debate sobre a temática e necessidade de revisão da referida Resolução à operacionalização;
982 encaminhar aos Conselheiros os documentos necessários para o processo de revisão. A estratégia
983 3.B – Realização de reunião conjunta com a Comissão de Política e com a Comissão de

984 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Operacionalização: Agendar a reunião.*
985 *A 5: Normatizar a representação da sociedade civil e do governo nos Conselhos de Assistência*
986 *Social.”.Escala de prioridades 06: “Normatizar a representação do governo e da sociedade civil no*
987 *CNAS. A estratégia: Normatização da eleição da sociedade civil no CNAS. Operacionalização:*
988 *Avaliar a reformulação do Decreto 5.003/2004; e elaborar uma Resolução que normatize a*
989 *representação da sociedade civil do CNAS.”. A estratégia B: “Normatização da representação*
990 *governamental no CNAS. A operacionalização: Convidar a Comissão de Acompanhamento aos*
991 *Conselhos para que traga os resultados das discussões iniciadas nessa Comissão.”.A meta 04:*
992 *“Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de Assistência*
993 *Social no MDS. ”. A ação 4.2 então: “Desenvolver mecanismos para disseminação de informações*
994 *sobre certificação das entidades ou organizações que realizam ofertas socioassistenciais. A*
995 *estratégia: Construção da metodologia de divulgação e disseminação das informações; e a*
996 *operacionalização – Mapear os desafios encontrados para disseminação das informações.”. **Item***
997 **– Relato Comissão de Orçamento e Financiamento da Assistência Social.** A Conselheira Telma
998 Maranhão Gomes – Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social/ MDS, discorre que
999 o Plano de Ação da Comissão de Orçamento e Financiamento a meta 01 trata-se de: “*Discutir o*
1000 *ciclo orçamentário, Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária*
1001 *Anual da Assistência Social das três esferas de governo.”Prioridade 01: Garantir estratégias de*
1002 *defesa no governo e no Congresso Nacional dos patamares dos serviços e dos benefícios*
1003 *alcançados pelo SUAS. A segunda, está contida na mesma meta: “Fortalecer a relação do*
1004 *Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais e municipais do DF.”A operacionalização:*
1005 *“Elaborar orientações sobre assuntos a serem encaminhados aos Conselhos.”. Explica que a ação*
1006 *3 também está contida na mesma meta: “Apreciar e aprovar a pauta orçamentária da Assistência*
1007 *Social encaminhada pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do*
1008 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome.”A operacionalização é: “Inserir na discussão, nas*
1009 *pautas das Reuniões Regionais, trimestrais e descentralizadas à luz da Comissão, e do Conselho*
1010 *como um todo.”. Meta 06: “Capacitar os Conselheiros da Comissão de Financiamento sobre*
1011 *matéria orçamentária e financeira; Desenvolver ferramentas de comunicação social ao CNAS;*
1012 *elaborar materiais com linguagem acessível sobre financiamento e orçamento para divulgação e*
1013 *disseminação para os Conselhos de Assistência Social.” E a operacionalização: “Propor que cada*
1014 *Comissão elabore estratégias e envie para análise da Presidência Ampliada, com vistas à*

1015 *elaboração de um projeto conjunto das ações integradas com Assessoria e apoio técnico da*
1016 *Secretaria-Executiva do CNAS.” A proposta 04, está vinculada a meta 3: “Desenvolver plano de*
1017 *monitoramento e efetividade na Assistência Social.” E a ação é: “Analisar e avaliar os dados dos*
1018 *beneficiários do Bolsa Família e do BPC. A estratégia: solicitar à SENARC e SNAS apresentação*
1019 *dos dados e operacionalização; pautar na reunião da Comissão para análise dos dados e*
1020 *apresentar na Plenária.”. Apresenta os temas integradores: “Desenvolver ferramentas de*
1021 *comunicação social do CNAS; Fortalecer a relação do CNAS com os Conselhos Estaduais,*
1022 *municipais e DF; Avaliar o estágio do SUAS em cada esfera de governo; execução dos serviços,*
1023 *benefícios, cofinanciamento, normatização e estrutura de Conselhos. Finalizados os Relatos o Sr.*
1024 *Marco Garbelotti – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MDS, explana que cada Comissão*
1025 *tem cinco ações que são prioritárias, pondera que o desafio nessas ações será maior na questão da*
1026 *busca pela concretização, acrescenta que a questão da necessidade de se trabalhar algumas ações*
1027 *que seriam integradas surgiu de forma bastante natural a partir da Comissão de Financiamento. Do*
1028 *ponto de vista metodológico, sugere como Encaminhamento: que a partir do período da tarde seja*
1029 *feita a discussão de forma bastante objetiva, em relação a questão das metas, das ações integradas*
1030 *com a missão de chegar a um consenso com as ações integradas e elencadas e em certo sentido*
1031 *essas ações estão agrupadas em temas e fazer uma discussão, inclusive acerca do lócus institucional,*
1032 *de forma bastante clara e qual seria o lócus institucional desse plano integrado.*
1033 **ENCERRAMENTO.** O Presidente Edivaldo encerra a reunião para almoço, convidando a todos
1034 para retornarem às 14:00. **ABERTURA.** O Presidente reinicia a reunião e solicita a conferência do
1035 quórum. Em seguida, a Secretária Executiva Substituta Maria Auxiliadora saúda a todos e realiza a
1036 conferência do quórum: Conselheiros titulares presentes: Telma Maranhão, Barbara Campos, Solange
1037 Teixeira, Léa Braga, José Crus, Célia Lima, Thiago Cabral, Alceu Kuhn, Anderson Miranda,
1038 Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira, Márcia Rocha, Clátia Vieira, Cláudia Faquinote. Conselheiros
1039 Suplentes presentes: Carlos Nambu, Naelson Ferreira, Eufrásia Agizzio, Margareth Dallaruvera,
1040 Jucileide Nascimento, Leovane Gregório. **Item - Relato da Comissão Eleitoral.** O Conselheiro
1041 Anderson Lopes Miranda - Representante do Movimento Nacional de População de Rua, realiza a
1042 leitura do relato: “*Memória da reunião Comissão Eleitoral das Subcomissões de Habilitação de*
1043 *Gestão 2016/2018. Data: 09/03/2014. Horário: Das 13h às 18h. local: Esplanada dos Ministérios.*
1044 *Anexo do bloco EP, ala A, CNAS, sala 115. Conselheiros presentes e Conselheiras: Anderson*
1045 *Lopes Miranda, representando o Movimento Nacional da População de Rua. Aldenora Gomes*

1046 Gonzalez, representando o Instituto Ecovida. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
1047 representando a Fundação Dorina Nowill para cegos. Cláudia Laureth Faquinote, representante
1048 da União Brasileira de Educação e Ensino. Edivaldo da Silva Ramos, representante da Associação
1049 Brasileira de Educadores, de deficientes visuais, ABDV. Secretaria-Executiva do CNAS, Maria das
1050 Mercês A. Carvalho, Regina Célia Cortês Sermoud. Iniciando os trabalhos, a Comissão, seguindo
1051 a pauta previamente estabelecida. 1. Definição do calendário da reunião das Subcomissões de
1052 Habilitação de recursos. A Comissão Eleitoral estabeleceu que os dias 9 à 11 para as reuniões de
1053 Comissão de Habilitação. E 28 à 31 para as reuniões das Subcomissões de Recursos, e decidiu que
1054 todas as reuniões da Comissão e Subcomissões serão gravadas e degravada. 2. Escolha dos
1055 integrantes da Subcomissão de Habilitação e Recursos. A Comissão passou então a escolha dos
1056 Conselheiros para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Eleitoral, e os
1057 integrantes das Subcomissões de habilitação e recursos. Comissão Eleitoral, Presidente:
1058 Conselheiro Anderson Lopes Miranda. Vice-Presidenta: Conselheira Cláudia Laureth Faquinote.
1059 Subcomissão de Habilitação: Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral. Coordenador da
1060 Subcomissão: Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos e Conselheiro Anderson Lopes Miranda.
1061 Subcomissão de Recursos: Conselheira Aldenora Gomes Gonzalez. Coordenadora da
1062 Subcomissão: Conselheira Cláudia Laureth Faquinote, e Conselheiro Arthur dos Santos Andrade.
1063 3. Apresentação dos instrumentos: Modelo de parecer de habilitação, e modelo de parecer de
1064 recursos. A Comissão Eleitoral apreciou e aprovou os modelos de instrumentais para pareceres de
1065 Subcomissão de Habilitação, e Subcomissão de Recurso. 4. Apresentação da minuta do regimento
1066 interno na assembleia de eleição. Em anexo, a minuta do regimento interno foi discutida, e será
1067 encaminhada para aprovação no plenário para o mês de abril do CNAS conforme o Inciso II, § 2º
1068 do Artigo 15, da Resolução CNAS 14/2015. Encaminhamento a Comissão Eleitoral: A Comissão
1069 sugere aprovação do regimento interno em anexo para o mês de abril. 5. Programação da
1070 assembleia de eleição. Em anexo. A Comissão Eleitoral discutiu a programação de assembleia de
1071 eleição dos representantes da Sociedade Civil no CNAS, gestão 2016 e 2018, a ser realizada dia 6
1072 de maio de 2016, a partir das 9h no auditório da procuradoria geral da união PGR, SAF Sul,
1073 Quadra 4, Conjunto C, Brasília/DF, conforme o edital nº 1 de 8 de dezembro de 2015, isso gere a
1074 aprovação da mesma. 6. Agenda com o Ministério Público. A Comissão Eleitoral solicita agendar
1075 com o Ministério Público reunião para tratar sobre o processo eleitoral. 7. Dos processos A
1076 Secretaria-Executiva informa que foram protocolados até a data de hoje, 79 processos, sendo 35

1077 *entidades de organização de assistência social, 17 para candidatos eleitos, e 18 para eleitoras, 17*
1078 *de entidades e organização de trabalhadores, 12 para candidatos eleitos, e 5 eleitoras, 27 de*
1079 *organização de usuários e representantes de usuários, 19 candidatas eleitoras, e 8 eleitoras.*
1080 *Anderson Lopes Miranda, Presidente da Comissão Eleitoral.”. Aprovado o Relato da Comissão*
1081 *Eleitoral após ser submetido ao Pleno. A Conselheira Jucileide informa que a Sociedade Civil*
1082 *indica os nomes do seguintes Conselheiros: Leovane para sistematizar o painel e Jucileide para*
1083 *fazer o trabalho da sistematização de toda a atividade, considerando critérios como a participação*
1084 *na Comissão Organizadora da X Conferência, e Conselheiros que participavam de Comissões como*
1085 *a Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, e a Comissão de Monitoramento das*
1086 *Deliberações. Em seguida a Vice-Presidente Léa Lúcia Cecílio Braga passa a conduzir a reunião,*
1087 *dando continuidade ao **Item -processo de elaboração final do planejamento integrado do***
1088 ***CNAS, convidados, representantes da SPO, Secretaria-Executiva do MDS.** Com a palavra o Sr.*
1089 *Marco Garbelotti – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MDS, esclarece que a partir da*
1090 *análise dessas ações vieram à tona, foi feita uma divisão prévia dos temas que surgiram, e agregadas*
1091 *ações nesses seis temas, bem como priorizar em cinco ações para o plano integrado, cujo *locus*, será*
1092 *da Presidência Ampliada. Pondera que os temas estabelecidos são: Desenvolvimento de ferramenta*
1093 *de comunicação social do Conselho Nacional de Assistência; fortalecimento da relação do Conselho*
1094 *com os Conselhos Estaduais e Municipais e do Distrito Federal; avaliação do estágio do SUAS em*
1095 *cada esfera de Governo; a execução dos serviços, benefícios, cofinanciamento, normatização e*
1096 *estrutura dos Conselhos. 4º tema integrador, capacitação. 5. Relação Inter Conselhos, e*
1097 *6operacionalização do plano. Após a explanação ser debatida, os Conselheiros acordam que os*
1098 *temas integram e unificam a agenda do Conselho, conquanto a escrita pode ser aperfeiçoada*
1099 *posteriormente. O Sr. Marco sugere um avanço para a discussão das ações, visando os*
1100 *detalhamentos do tema. O Conselheiro Leovane prossegue com a leitura: “*Tema integrador,**
1101 **política de comunicação social do CNAS. Detalhamento do tema. Elaborar materiais com**
1102 **linguagem acessível do subfinanciamento e orçamento, acompanhamento e avaliação do impacto**
1103 **dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais na vida dos usuários para**
1104 **divulgação e disseminação junto aos Conselhos de Assistência Social. Divulgar o impacto**
1105 **econômico, social do bolsa família, do Benefício Prestação Continuada. Elaborar (Atualizar**
1106 **manuals para os Conselhos de Assistência Social). Elaborar estratégia de comunicação com os**
1107 **Conselhos de Assistência Social. Articular junto aos Conselhos de estudo de assistência social para**

1108 *que os órgãos coordenadores da política de assistência social, fortaleçam a gestão do SUAS no*
1109 *âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Aproximar o CNAS junto às instâncias*
1110 *participativas Estaduais e Municipais. Fortalecer a relação dos Conselhos de Assistência Social*
1111 *junto às outras instâncias participativas, reforçando a participação social. Tema 2. Fortalecer*
1112 *relação do CNAS com os Conselhos Estaduais, Municipais, Capitais e DF. “Articular junto aos*
1113 *Conselhos e gestores da assistência social para que os órgãos coordenadores da política de*
1114 *assistência social fortaleçam a gestão do SUAS no âmbito dos Estados, Municípios, Capitais e*
1115 *Distrito Federal. Aproximar o CNAS junto as instâncias participativas, Estaduais e Municipais.*
1116 *Fortalecer a ação dos Conselhos de Assistência Social junto às outras instâncias participativas,*
1117 *reforçando a participação social. Fortalecer a Organização da Sociedade Civil, incentivando a*
1118 *atuação em fóruns e outros espaços de discussões e interesse coletivo no âmbito dos Conselhos da*
1119 *Assistência Social com vista a estimular a articulação e mobilização dos movimentos sociais, de*
1120 *modo que propiciem a participação efetiva dos usuários. Orientar permanentemente os Conselhos*
1121 *de Assistência Social sobre o ciclo orçamentário. Realizar monitoramento do ciclo orçamentário*
1122 *em suas respectivas esferas. Fazer gestão junto aos Conselhos, ao CONGEMAS e ao FONSEAS*
1123 *para adequação de leis junto aos Conselhos em conformidade com a LOAS. Acompanhar e discutir*
1124 *junto aos Conselhos, planejamento das questões afetas ao cumprimento de suas atribuições e*
1125 *competências frente às normativas vigentes. Acompanhar, monitorar e disseminar. Tema*
1126 *3: “Acompanhar, monitorar e disseminar a implementação do plano decenal 2016/2026.*
1127 *Acompanhar e monitorar a implantação dos pactos de aprimoramento do SUAS, de âmbito*
1128 *Municipal e dos pactos de gestão federal, o Sistema Único de Assistência Social, pautar na agenda*
1129 *do Governo e do Congresso, o reconhecimento sobre os recursos com obrigatórios. Potencializar*
1130 *as ações no congresso em defesa do SUAS por meio das emendas parlamentares. Avaliar os custos*
1131 *dos serviços. Avaliar e divulgar o impacto econômico, social do programa bolsa família do BPC.*
1132 *Monitoramento e avaliação do SUAS nos entes. Promover o debate do vínculo das entidades de*
1133 *assistência social ao SUAS e acompanhar o CNEAS. Acompanhar e monitorar a expansão e a*
1134 *qualificação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de Programa de Atendimento*
1135 *Integral à Família, PAIF. Acompanhar, monitorar e fiscalizar a expansão e qualificação dos*
1136 *serviços desenvolvidos nos centros de referências especializados da assistência social, o CREAS,*
1137 *CREAS regional, Centro POP, Centro Dia, atendimento de adolescentes em cumprimento de*
1138 *medidas socioeducativas em aberto, de liberdade assistida, de prestação de serviço à comunidade.*

1139 *Acompanhar, monitorar e fiscalizar a expansão e ofertas dos serviços desenvolvidos,*
1140 *implementação das residências inclusivas, unidades de acolhimento para crianças e adolescentes,*
1141 *idosos, mulheres, adultos e famílias nos serviços de calamidade públicas e de emergência no*
1142 *âmbito do SUAS.Acompanhar a implementação da Resoluções pertinentes ao CNAS.”. A Vice-*
1143 *Presidente Léa destaca a questão do processo de envelhecimento, entende que não é só oferta do*
1144 *serviço do SUAS, mas é uma agenda que o Conselho precisa integrar com outros Conselhos e*
1145 *discutir. Pondera que há a questão de gênero, serviços que atendem as mulheres, mas o debate de*
1146 *gênero, é transversal. Rememora sobre a primeira infância, um debate superimportante também*
1147 *transversal. Entende que no fundo são todas as ações para que a oferta chegue qualificada e atenda o*
1148 *usuário na ponta. O Conselheiro Leovane prossegue a leitura do tema 4: “Capacitação que virou*
1149 *educação permanente. Promover capacitação aos Conselheiros da Comissão de Financiamento*
1150 *sobre matéria orçamentária e financeira, elaborar documento base sobre a questão com conteúdo*
1151 *central das capacitações para o controle social – SAGI. Acompanhar as ações para Conselheiros*
1152 *previstas pela política nacional de educação permanente, PNEP, SUAS, Resolução 04 de 2013.*
1153 *Sugerir mecanismos instrumentais para acompanhamento de capacitação permanente dos*
1154 *Conselheiros da assistência social.”. Tema 5: “Promover aproximação e mecanismos de debates e*
1155 *articulação Inter Conselhos. Orientar os Conselhos de Assistência Social para que estabeleçam*
1156 *articulações permanentes com os Conselhos Setoriais de defesa de direitos.”. Estratégia de defesa*
1157 *dos patamares financeiros alcançados: “Orientar permanentemente os Conselhos de Assistência*
1158 *Social sobre o ciclo orçamentário.O Conselheiro Leovane realiza a leitura do tema 8: “Fortalecer a*
1159 *organização da Sociedade Civil, atuação em fóruns, em outros espaços e discussões de interesse*
1160 *coletivo no âmbito do CAS, com vistas a estimular a articulação e mobilização dos movimentos*
1161 *sociais de modo que propicie uma participação efetiva dos usuários.”. Encaminhamentos: Remeter*
1162 *o processo de elaboração final do planejamento integrado do CNAS para os integrantes da*
1163 *Presidência Ampliada, para que façam uma leitura incluindo todas as recomendações colocadas em*
1164 *termos de palavras, lugares e complementação;Solicitar que a Secretaria-Executiva encaminhe para*
1165 *todos a Resolução que criou a política de comunicação para que todos possam tomar conhecimento*
1166 *e também contribuir; que os Conselheiros encaminhem suas propostas por e-mails,para que no*
1167 *próximo pleno obtenha-se uma versão finalizada com todo esse processo trabalhado, no primeiro*
1168 *momento pelos integrantes da Presidência Ampliada e depois com a colaboração dos demais*
1169 *Conselheiros. Por fim, a Vice-Presidente Léa e o Presidente Edivaldo pronunciam palavras de*

1170 agradecimento e satisfação pelo trabalho realizado. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a
1171 tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se
1172 todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos,
1173 passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de dez de março de dois mil e
1174 dezesseis.